

Tribuna da Luta Operária

ANO VI — Nº 222 — DE 24 A 30 DE JUNHO DE 1985

Cr\$ 1000

Operários enfrentam complô estrangeiro na construção naval

Mobilização no Rio de Janeiro deflagra campanha contra plano imperialista de tomar conta dos estaleiros e da marinha mercante do país. União dos Sindicatos e manifestações já começaram. P.5

Multi do automóvel pára máquinas para chantagear governo

Operação de lockout paralisa as montadoras de automóveis no país, violando a lei, para quebrar controle dos preços; mas quando os operários fazem greve elas dizem que é ilegal...P.6

Casa própria sobe 246% castigando mutuários do BNH

Dois dias depois do próprio presidente da República dizer que 60% dos mutuários estão inadimplentes porque não têm condições de pagar prestações, o reajuste cai como uma bomba. Pág. 6

EDITORIAL

Duas políticas

“Político é corrupto”. É o que se ouve com certa frequência o povo dizer. E episódios na Câmara dos Deputados como o da fraude na votação dos dois turnos para as eleições municipais servem para reforçar esta idéia. A denúncia sobre uma caixinha de trilhões de cruzeiros patrocinada por grandes empresários para eleger deputados constituintes também colabora com esta imagem negativa.

A verdade é que existem dois tipos de políticos. Os que se orientam pelo valor das caixinhas e pelo alcance dos privilégios e os que de fato representam os interesses populares e lutam por mudanças no país. É inteiramente justo desmascarar e combater a corrupção, e punir os corruptos. Da mesma forma é indispensável mobilizar forças para impedir a pressão do poder econômico sobre o processo eleitoral — em particular na caminhada que se inicia rumo à Assembléia Nacional Constituinte.

Enquanto vigorar o sistema capitalista, não se pode ter a ilusão de que os patrões deixem de usar suas riquezas para ter influência no Parlamento. Da mesma forma é previsível que certos parlamentares se deixem subornar pelos poderosos. Afinal este regime apóia-se na ambição pessoal, no lucro, na propriedade privada e por isto mesmo tem como componente inseparável de suas normas de conduta a corrupção.

Mas isto não pode levar os trabalhadores a repudiarem a política em geral. Pelo contrário, exige que eles se organizem em grande escala, que arregimentem as grandes massas, para contrapor a política operária e popular à política burguesa. Exige que, além de lutarem para eleger o máximo de representantes dos que vivem do suor de seu rosto, saibam também aliar-se com democratas e patriotas honestos e conseqüentes, para criar no Parlamento uma corrente progressista, capaz de sustentar o combate

pelos direitos do povo e pelos interesses da nação. Mais do que a simples participação eleitoral, esta realidade impõe uma permanente mobilização em torno das medidas políticas e econômicas favoráveis aos interesses da maioria e de combate às oligarquias.

Na preparação da Constituinte, desde já, torna-se necessário abrir um amplo debate nacional sobre os problemas centrais do país, em torno da dívida externa, da luta pela terra, pela melhoria de vida dos trabalhadores, pelas liberdades democráticas. E nesta discussão denunciar a prática do suborno pelas classes dominantes. Mesmo entre a população pobre, urge elevar a consciência da maioria para evitar a prática dos “cabos eleitorais” que trabalham a soldo de políticos endinheirados, conseguindo votos a troco de favores e até de simples pares de sapatos.

Os sindicatos e demais organizações populares jogam papel de grande importância nesta batalha. Não comprometendo-se com este ou aquele partido, mas esclarecendo seus associados e a categoria que representam tratando de unificar os trabalhadores em torno de plataformas reivindicatórias, denunciando demagogia e o populismo. Estas entidades não devem fazer política partidária mas precisam se comprometer com a política classista, dos oprimidos contra os opressores, apoiando as propostas democráticas contra os fascistas e entreguistas.

A campanha da Constituinte avai contrapor, de um lado os trilhões de cruzeiros dos grandes empresários e donos de terras; de outro, os milhões de brasileiros que não aceitam mais as fraudes, as trapaças, e a exploração brutal das multinacionais, do latifúndio e dos monopólios. Os brasileiros que souberam se unir para pôr fim à ditadura elevarão ainda mais a sua unidade e sua luta, para avançar rumo ao progresso e à liberdade.

Caixinha bilionária PATRÕES QUEREM SUBORNAR A CONSTITUINTE

Grupos capitalistas estruturam campanha, com Cr\$ 4,5 trilhões de verba, para financiar a eleição de 300 deputados vendidos que façam o jogo dos exploradores na Assembléia

Constituinte. Organização americana faz propostas de suborno a políticos brasileiros em reunião na embaixada dos EUA. Poder do capital ameaça lisura das eleições. Página 3

REFORMA AGRÁRIA



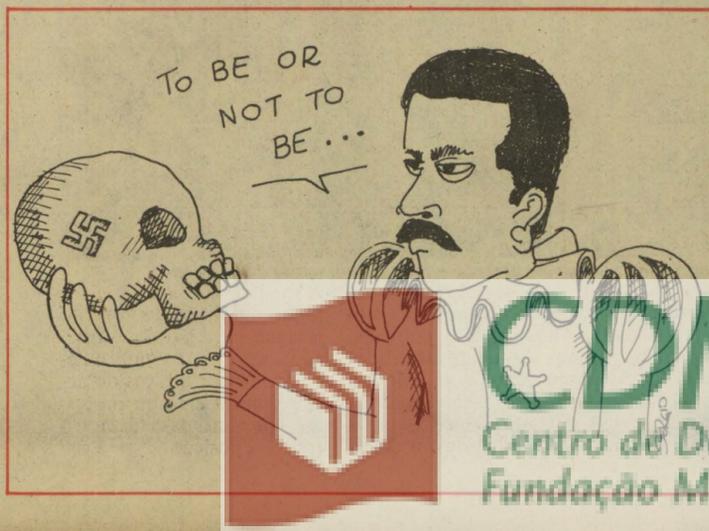
O latifundiário mente, chantageia e mata

A tática feroz mas astuciosa dos senhores de terras. Pág. 4

Orelhas a prêmio na guerra aos posseiros

No Pará orelha de líder morto vale

Cr\$ 10 milhões. Pág. 10



TO BE OR NOT TO BE ...

Argentina se rende ao FMI e cai na recessão

O presidente Raul Alfonsín anuncia política de arrocho salarial e sucateamento industrial para aplacar credores. Página 2

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

FMI impõe economia de guerra na Argentina

O presidente Raul Alfonsín anunciou, dias atrás, seu "plano de economia de guerra". Um conjunto de medidas antipopulares, receitas pelo FMI, que penalizará ainda mais a classe operária e demais assalariados argentinos. As entidades sindicais estão exigindo aumento salarial e garantias contra demissões em decorrência do plano.

Dois anos após a divulgação de um acordo entre a Argentina e o Fundo Monetário Internacional, no dia 14 o governo de Raul Alfonsín anunciou uma série de medidas no campo econômico-financeiro enquadradas dentro do que vem sendo chamado de "economia de guerra". São medidas de choque para combater o déficit público e a inflação e "estabilizar" as contas do país com os credores internacionais.

Dentro das medidas adotadas, encontram-se o congelamento de salários, dos preços e tarifas públicas; a desvalorização do peso argentino a taxas superiores à da inflação; tabelamento dos juros; cortes no funcionalismo público; e, finalmente, a criação de uma nova moeda, o Austral, equivalente a mil pesos.

Evidentemente estas medidas têm o aval dos banqueiros internacionais. Desde março o ministro da economia, Juan Sourrouille, vinha discutindo o novo plano com o diretor-presidente do FMI, Jacques de Larosière, e com o presidente do Banco Central dos EUA, Paul Volcker. Já no memorando de entendimento entregue recentemente ao FMI, afirmava-se que os aumentos de salários deveriam ficar sempre em 90%



Operários argentinos preparam protestos, como os de maio, contra as novas medidas anti-povo

do aumento dos preços de varejo do mês anterior.

De fato, o arrocho salarial parece ser o centro da "economia de guerra" imposta pelo imperialismo na tentativa de gerar excedentes num nível compatível com o pagamento dos juros da dívida externa. Isto porque os preços sobem diariamente — a inflação de junho está prevista para 30% —, enquanto os salários só aumentam no final do mês. Assim, com a implementação das reformas, o poder aquisitivo dos trabalhadores pode cair de 28% a 40% em um único mês!

CUSTO SOCIAL

Essa política tem um elevado custo social. Significa retração do mercado interno para transferir recursos para o exterior. Combate-se a inflação — que já passa dos 1000% ao ano —, o déficit fiscal e o descalabro nas contas nacionais. Mas a raiz das dificuldades por que passa o país não é enfrentada.

A dívida externa argenti-

na é de mais de 50 bilhões de dólares. Só de juros, 5,6 bilhões de dólares foram pagos em 1984, e este ano o pagamento estava em atraso. O país mal consegue "honrar" seus "compromissos externos". Recentemente, vários países fizeram-lhe um empréstimo-ponte, de 480 milhões de dólares, para garantir o pagamento dos juros. O Brasil entrou com 50 milhões de dólares nessa "ponte".

Não é à toa que o memorando de entendimentos enviado pelo governo Alfonsín foi saudado pelo Departamento do Tesouro dos EUA. A tática de combater a inflação com recessão e arrocho salarial é indicada pelos imperialistas para os países dependentes em bancarota. O próprio William Rodhes, vice-presidente do Citibank, está na Argentina para verificar o resultado das reformas. Ao mesmo tempo, pressiona o país, acenando com um empréstimo de 4,2 bilhões de dólares.

AVILTAMENTO NACIONAL

O que ocorre na Argentina não é casual e nem um fato isolado. Os países da América Latina se afundam nas malhas da miséria e do aviltamento nacional em decorrência das imposições dos banqueiros da Wall Street que visam manter e aprofundar a espoliação imperialista.

No Brasil patenteia-se o impasse entre aprofundar a recessão econômica sob as normas do FMI ou adotar-se uma postura firme e soberana no tratamento da dívida externa. No Chile, sob proposta da NASA, discute-se o arrendamento ou venda da Ilha de Páscoa para os EUA ali instalarem uma base militar aeroespacial. "Assim poderíamos aliviar em parte a pressão da dívida externa", afirmou um almirante chileno, ex-chefe do Estado Maior da Armada. E o Ministro da Defesa da ditadura de Pinochet arremata: "Quem critica este plano são pessoas que se opõem ao Ocidente e aos EUA. E este não é nosso caso".

Observa-se um endurecimento por parte dos banqueiros internacionais, em particular norte-americanos, frente aos países endividados. Se estes países apresentam dificuldades crescentes, beiram a bancarota total, a posição imperialista é de que aprofunde-se a miséria do povo, mas não se mexa nos interesses do capital internacional. Desta forma, as posições do governo argentino constituem um mau exemplo para os países da América Latina. (Agenor da Silva)



Albaneses repetiram a reconstrução do país, já realizada nos terremotos de 1982

Albânia supera danos causados pelas nevascas

Foram eliminados totalmente, na Albânia, os enormes prejuízos causados pelas nevascas de janeiro-fevereiro deste ano. O anúncio foi do Conselho de Ministros da Albânia: "É uma grande vitória, um testemunho da grande solicitude de que dão prova o Partido, o Estado e a sociedade em relação ao homem, é um fator que prova a força de nossa ordem socialista, a estabilidade de nossa economia popular".

O anúncio do Conselho de Ministros é de 30 de maio, e dá conta de que, em pouco mais de 90 dias, foram construídas ou reparadas 1.604 residências, diversos estabelecimentos econômicos, escolas, creches, casas de cultura, centros sanitários etc. Foram reconstruídos os serviços elétricos, telefônico e sanitários das vilas e zonas atingidas pelas nevascas. O valor desses trabalhos foi de cerca de 24 milhões de lekes, a moeda albanesa.

Segundo o que destacam os ministros albaneses, para liquidar esses prejuízos "se mobilizaram todos os albaneses, a classe operária, os cooperativistas, os intelectuais populares, a juventude, os soldados, o povo todo. Esta entusiasmada disposição e esta enorme mobilização deram provas da melhor solidariedade socialista, temperada pelo Partido e por nossa gente, da unidade militante do povo em torno do Partido, onde reside a força invencível de nossa ordem socialista".

O sucesso albanês contrasta com as mazelas vividas por outros povos europeus, vítimas também das nevascas do início do ano. Enquanto a Albânia Socialista comemora sua vitória, na França, Suíça e Itália ainda existem desabrigados da tragédia de inverno, que têm seus sofrimentos acrescidos pelo desemprego e pela crise econômica que castigam seus países.

REPRESSÃO NA IUGOSLÁVIA

O Conselho Federativo da Liga Socialista dos Trabalhadores da Iugoslávia decidiu intensificar a repressão contra a população albanesa

de Kossova, alegando que na região "existem focos da contra-revolução". Os revisionistas iugoslavos pretendem alterar a lei que dá direito às nações que vivem sob sua jurisdição requererem o status de república dentro da federação. Esse direito, reivindicado pelos kossovars, é considerado "contra-revolucionário".

Segundo dados do próprio governo de Belgrado, 3.344 albaneses foram condenados a longos anos de prisão desde 1981. E Milan Rakas, da presidência da Conferência Federativa da Liga Socialista dos Trabalhadores da Iugoslávia está exigindo "uma ação de maior envergadura por parte das forças de segurança e uma política mais vigorosa de condenações em Kossova". O dirigente iugoslavo quer, em particular, a intensificação da luta contra os jovens kossovars, alegando que eles são nacionalistas.

Anteriormente, Shukrija Bijedic, alto oficial iugoslavo, falando sobre a situação de Kossova, pediu "à direção do Partido mais recursos para a repressão, e se for o caso fazer rolar sangue para resolver o problema".

Ao tempo em que é solicitado o recrudescimento da repressão, em Peja começou o julgamento de nove estudantes do liceu "11 de Maio": Robert Rasaj (19 anos), Hava Shalax (19), Avni Haxhaj (19), Zyrafete Myriçi (19), Myrvete Dreshaj (19), Hidajete Kelmendi (20) e dos adolescentes S.K., Z.S.H. e E.A., acusados de "escrever e distribuir panfletos e materiais de propaganda hostis e defender o slogan "Kossova-república".

Marroquinos denunciam repressão de Hassan II

A União Nacional de Forças Populares do Marrocos está fazendo um chamamento à solidariedade ao povo de seu país, onde afirma:

"O regime marroquino atravessa uma grave crise política e econômica que o situa em um de seus momentos mais difíceis. As únicas respostas que a monarquia de Hassan II tem para a crise são o aumento da exploração econômica e da repressão social. Para isso, apelou para um estado de exceção não declarado e para a repressão mais selvagem de toda atividade política ou sindical que não lhe seja favorável ...

"Foram fechadas as sedes da Federação Democrática do Trabalho e da União Nacional de Estudantes Marroquinos; foi proibido o festival de poesia e o de teatro; e se nega à Associação Pró-Direitos Humanos seu direito a realizar um congresso; continua a detenção massiva de dirigentes políticos, como aconteceu em maio com a corrente Ettihadid do Partido Socialista. Enquanto isso, o regime continua manejando segundo seus interesses a questão nacional e o referendo sobre o Sahara. Da mesma forma que maneja as últimas eleições, denunciadas até pelos adeptos do regime, pondo claro, mais uma vez, a falsidade do chamado processo democrático.

"Porém da mesma forma que o regime se conhece como respostas a crise à repressão econômica e política

ca, os trabalhadores se organizam e avançam cada dia mais decididamente em sua luta contra o regime, por uma sociedade mais livre e justa. Mobilizações que se realizam hoje em torno à seguinte plataforma:

"— Retirada das bases militares estrangeiras. Fim da infiltração imperialista;

"— Liberdade de todos os presos políticos. Liberdades sindicais e fim das violações aos direitos humanos;

"— Medidas econômicas contra o alarmante empobrecimento das classes populares".



Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

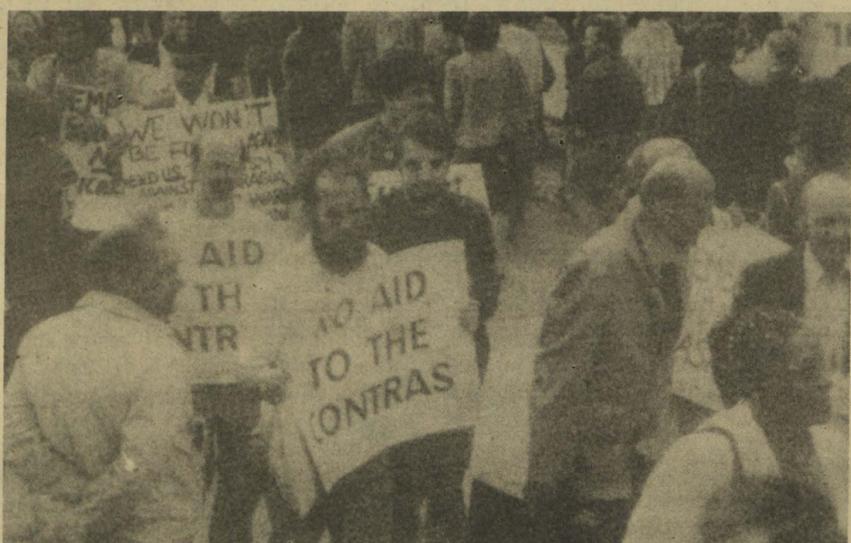


Depois da nota de 1 milhão de pesos, Alfonsín apela para uma nova moeda, o Austral

Reagan reprime americanos que são solidários com Nicarágua

Cerca de 1.500 pessoas foram presas, nos Estados Unidos, por protestarem contra o apoio do governo Reagan aos anti-sandinistas. Diante da aprovação pela Câmara de Representantes da injeção de 27 milhões de dólares no movimento contra-revolucionário nicaraguense, cidadãos progressistas norte-americanos organizaram manifestações de protesto em Massachusetts, Pittsburgh, San Francisco, Chicago, Milwaukee e Washington, entre outras cidades. A resposta da Casa Branca foi semelhante às das ditaduras militares latino-americanas: a repressão.

O cidadão dos Estados Unidos que se arvora a defender na prática os princípios democráticos, que o governo imperialista se esmera tanto em dizer que defende, é vítima de perseguições políticas, trabalhistas e policiais. No caso específico do apoio ao povo nicara-



Norte-americanos desafiam a repressão de Reagan e manifestam apoio à Nicarágua

guense, o norte-americano que simpatize com a revolução sandinista sofre, além das prisões, pressões no emprego. Várias pessoas que protestaram contra as ações da CIA na Nicarágua vi-

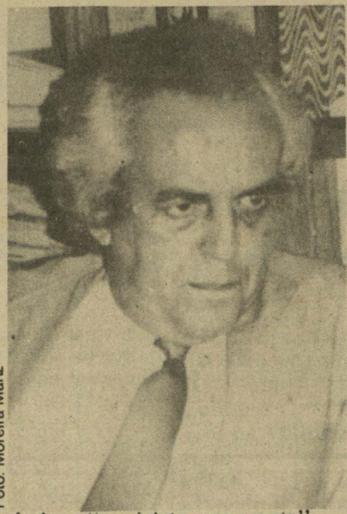
ram-se barradas em promoções nos serviços públicos, ou simplesmente demitidas de seus empregos. Mesmo enfrentando essa repressão, 63 mil norte-americanos já assinaram manifestos de re-

púdio à política do governo Reagan para para a América Central, e se comprometeram a realizar atos de desobediência civil ou protestar nas ruas para demonstrar sua posição.

PC do B apóia Jarbas para prefeito do Recife

Em meio à intensa movimentação que se verifica em Pernambuco tendo em vista a disputa pela prefeitura da capital, no pleito de 15 de novembro próximo, acaba de ganhar grande impulso a candidatura do deputado federal Jarbas Vasconcelos, pelo PMDB, com a declaração pública de apoio do ex-governador Miguel Arraes e a nota oficial do PC do Brasil.

Jarbas Vasconcelos já conta com expressiva maioria no PMDB: quase toda a bancada federal, 15 dos 21 deputados estaduais, 17 dentre os 22 vereadores do Recife, além do apoio de quase todos os 28 prefeitos eleitos pela legenda peemedebista. Contra a sua candidatura coloca-se o deputado federal Sérgio Murilo Santa Cruz, que também postula a indicação, apoiado em setores residuais vinculados ao senador Cid Sampaio.



Jarbas: "candidato progressista"

Os acontecimentos no interior do PMDB revestem-se de importância pelo fato de ser a agremiação que congrega a maioria das forças progressistas do Estado. E vai tomando corpo a percepção de que o pleito de 15 de novembro antecipa a disputa pela Assembleia Nacional Constituinte e pelo governo do Estado. E, tendo como pano de fundo o entrelaçamento de interesses de classes contraditórias, inevitavelmente porá em confronto segmentos sociais e políticos verdadeiramente interessados nas mudanças que o povo reclama e aqueles que se opõem a essas mudanças.

TRADIÇÃO DEMOCRÁTICA
Recife é uma capital de larga tradição democrática, o que assegurou cerca de 65% dos votos para o PMDB no pleito de 1982. A cidade é palco de graves contradições sociais. Nada menos que 65% de sua população percebe renda familiar inferior a dois salários mínimos. Em consequência, Recife vive razoável efervescência do movimento popular, tornando-se um ambiente propício ao avanço das ideias progressistas e da organização do povo.

Nesse quadro, as correntes políticas conseqüentes têm lutado para construir uma candidatura comprometida com a consolidação da Nova República e com os interesses populares. Em sua nota oficial, a Direção Regional do PC afirma participar ativamente do processo de construção de uma candidatura progressista e unitária no interior da frente democrática. "Não é hora de dispersar forças. Ao contrário, devemos fazer esforços para forjar uma ampla unidade dos segmentos progressistas e derrotar os setores reacionários que se articulam sob a liderança do governador Roberto Magalhães" — explica Francisco Vitório, da Comissão Diretora Regional do Partido Comunista do Brasil.

Por outro lado, os acontecimentos têm revelado a miopia política de outras forças. O PCB, por exemplo, apressa-se em lançar o deputado Roberto Freire e passa a apostar claramente na divisão das forças democráticas. Torce para que o PMDB não chegue a uma unidade. O PDT oscila entre uma composição estreita com o PT ou a colaboração com a Frente Liberal-facção do governador. O PT, inexpressivo, anuncia candidato próprio. E o PFL, dividido seriamente entre as facções do governador Magalhães e do ministro Marco Maciel, detém apenas pouco mais de 20% da preferência do eleitorado, não tem candidato competitivo e posta-se à espera de uma hipotética divisão do PMDB. (da sucursal)

Caixinha de trilhões contra a Constituinte

O grande capital está jogando pesado para fraudar a Assembleia Constituinte de 1986. O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), que foi cassado em 1968 por denunciar a intenção dos militares de lançar ao oceano líderes oposicionistas (o "Caso Parasar"), revelou na semana passada que poderosos grupos econômicos estão se articulando para financiar a eleição de pelo menos 300 deputados federais no ano que vem.

Este número representa a maioria absoluta da Constituinte. A operação deverá custar a bagatela de Cr\$ 4,5 trilhões de cruzeiros, 15 bilhões por candidato. A denúncia chegou ao deputado através de profissionais de agências de publicidade já contratadas para a campanha, que aliás já tem até logotipo. O parlamentar exhibe páginas de grandes jornais para provar que as matérias plantadas pelo grupo são abertas com um selo onde se vê um manifestante, em meio a grande massa, portanto uma placa em que se lê: "Empresário, apareça antes que você desapareça".

Para mostrar que as cifras são reais, Maurílio Ferreira Lima recorda que o IBAD gastou, em 1962, 80 mil dólares (só em recursos estrangeiros) para cada um dos 250 candidatos que lançou a deputado federal, fora 600 candidatos a deputado estadual e oito a governador. Os dados, da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou as atividades do IBAD, foram confirmados depois pelo embaixador americano Lincoln Gordon.

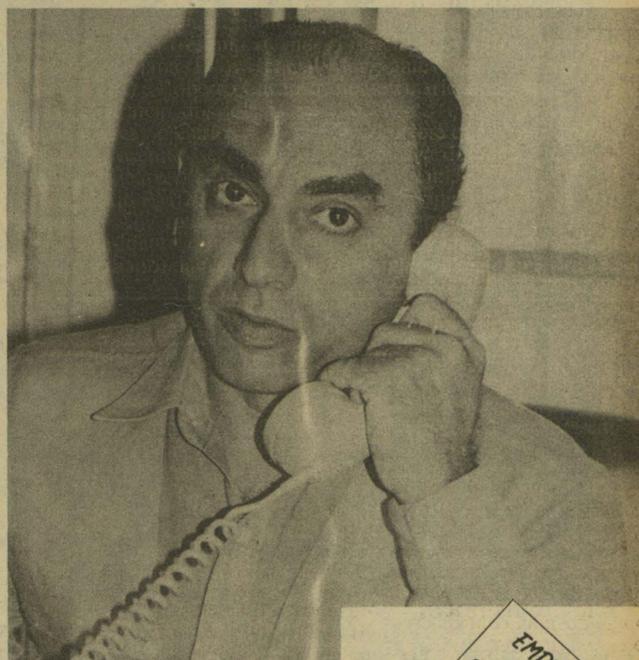
DAS ARMAS AOS CIFRÕES
Segundo o deputado, a ideia inicial era a criação de uma central única do patronato, que integrasse as diferentes confederações da classe. A ideia foi abandonada para dar lugar a "uma estrutura mais maleável, a partir de uma holding de sociedades civis", criada à imagem e semelhança do que foram o IBAD e o IPES antes de 1964.

A novidade, para Maurílio, é que os empresários já não ocultam seus objetivos. No dia 22 de maio, o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, declarou que "antes, a cada ação ideológica, os empresários propugnavam ações armadas como resposta". O parlamentar lembra que a declaração chama atenção ao resgatar uma verdade histórica: os militares deram o golpe alegando que queriam prevenir ações armadas da esquerda, quando na verdade tais métodos eram utilizados pelas classes dominantes. "No mundo inteiro, o terrorismo e as ações armadas sempre foram armas privilegiadas da direita, quando se manifestaram processos democratizantes", ressalta o deputado.

Nem bem fez a denúncia, o parlamentar pernambucano ouviu Cezar Valente, presidente das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, durante debate no programa de televisão do jornalista Ferreira Neto, dizer que "cada um gasta o dinheiro que tem onde bem entender". No dia seguinte, a posição foi confirmada pelo empresário carioca José Eduardo Guinle. Em 16 de junho, era o presidente da poderosa Fiesp, Luís Eulálio Vidigal, que indagava a um auditório de cem empresários gaúchos se ali havia alguém que nunca houvesse financiado a eleição de um político. Como ninguém se acusasse, prosseguiu pedindo que levantasse a mão quem já tivesse cobrado os compromissos da campanha. "É como fazer uma compra e não pedir recibo", provocou.

O empresário Afif Domingos já afirmou que não confia em "deputado de aluguel", pois os políticos acabam sendo muito sensíveis às pressões populares. A solução, segundo Maurílio Ferreira Lima, será a candidatura dos próprios empresários, ou "seus genros desocupados", como já prometeu Vidigal, que pretende concorrer à Constituinte.

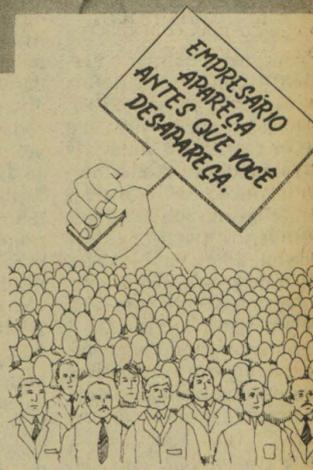
CORRUPÇÃO NA EMBaixADA
O deputado considera que a comissão que está revendo o C



Ferreira Lima, autor da denúncia, e o logotipo da campanha dos capitalistas

diário Eleitoral deverá tomar providências drásticas para impedir que o poder econômico se manifeste, como tende a ocorrer na Constituinte. Sugere que se dê ao Ministério Público maior independência para apurar esta prática, que se estabeleçam punições para quem a utilizar, e que se suspenda o sigilo bancário durante o processo eleitoral. "Do contrário, a Constituinte será uma espécie de conselho diretor das grandes empresas nacionais e multinacionais", adverte.

Aliás, lembra o parlamentar nordestino, as denúncias se referem apenas a uma articulação de empresários brasileiros, não levantando ainda o problema do dinheiro estrangeiro que será injetado na campanha. "É preciso lembrar que os Estados Unidos nunca estiveram ausentes dos processos eleitorais da América Latina". A propósito, apenas dois dias depois da eleição de Tancredo Neves e José Sarney, políticos do PMDB foram convidados para jantar na Embaixada dos EUA. Lá estiveram os deputados Jorge Viana (BA), Heráclito Fortes (PI) e Roberto Cardoso Alves (SP), além dos jornalistas Carlos Chagas e Carlos Castello Branco e do então secretário da Fundação Pedrosa Horta e atual presidente do PMDB-DF, Milton Seligman. Ali, tiveram contato com o presidente e um assessor (exilado cubano) da *National En-*



downment for Democracy, que lhes propuseram uma doação de 18,5 milhões de dólares (cerca de Cr\$ 100 bilhões) para que desenvolvessem um processo de "defesa da democracia" no Brasil.

A proposta foi violentamente rejeitada pelos presentes, mas nada indica que este tenha sido o único grupo de políticos a se reunir com tal objetivo. Com certeza, foi o único que denunciou o fato. Mas o próprio presidente do PT, Luís Ignácio Lula da Silva, acompanhado do sociólogo Francisco Weffort, almoçara dias antes com o embaixador norte-americano Diego Asensio.

O certo é que o mar de dinheiro ameaça desqualificar a próxima Assembleia Constituinte, e os setores populares têm de se preparar para ali colocar os seus mais legítimos representantes. (Fernando Tolentino, Brasília).

Grupo minoritário faz jogo da divisão no PMDB alagoano

Uma solerte manobra do governador Suruagy e seu prefeito da capital, José Bandeira, está colocando em risco a vitória do PMDB nas eleições de novembro em Maceió. O governo do PDS-PFL investiu na candidatura de Ronaldo Lessa dentro do PMDB, o que poderá quebrar a unidade do partido oposicionista, necessária à vitória no pleito.

O grupo de Ronaldo Lessa, minoritário dentro do PMDB, aproveitou-se da indefinição sobre a legislação eleitoral para lançar uma chapa sem respaldo partidário e popular. O governador Suruagy e o prefeito Bandeira — ambos do PDS-PFL — investem na vitória deste setor exclusivista e sectário. Lançando mão de aliados dentro do próprio PMDB, o esquema governista forjou uma "convenção" duvidosa, fora do prazo legal. Procura impedir a consolidação de uma chapa de maior apelo popular, encabeçada por Renan Calheiros, marginalizar os democratas e dificultar a conquista, para a legenda do PMDB, dos dissidentes do PDS.

anunciava sua renúncia, Ronaldo registrou sua chapa para a "convenção" de 16 de junho.

Ronaldo e seus financiadores passaram então a comprar votos, prometer cargos na prefeitura (inclusive na atual gestão, de Bandeira-Suruagy) etc. Na "convenção" só compareceu o grupo da chapa minoritária. O quórum foi irregular, não foi acatada a legislação sobre breves eleições nas capitais.

Um documento assinado pela maioria dos deputados federais e estaduais denun-



Renan: preservar a unidade

ciou o simulacro de convenção e exigiu que ela seja realizada no prazo legal. Mas foi recusado pelo grupo minoritário. Renan Calheiros anunciou que "o PMDB não será jogado na lama nem será entregue de mão beijada aos grupos que querem o continuísmo". Agora, luta-se pela anulação da falsa convenção. (da sucursal)

Derrotar as oligarquias

A candidatura do deputado federal Renan Calheiros (o mais votado do PMDB alagoano) foi lançada após arregimentar uma ampla e representativa frente de forças dentro do PMDB, representando 80% do partido. Mesmo assim, um grupo insistiu em manter a candidatura do deputado estadual Ronaldo Lessa (o menos votado da bancada), com o vereador Bráulio Cavalcanti, ligado ao prefeito biônico, como vice.

A disputa estava colocando em perigo a unidade do partido, indispensável para derrotar as oligarquias reacionárias que dominam Maceió. As correntes majoritárias propuseram uma forma de preservar a unidade: Renan abriu mão de sua candidatura em favor do deputado federal Djalma Falcão — nome indicado pelos presidentes estadual e municipal do partido, José Costa e Eduardo Davino. Ronaldo Lessa comprometeu-se a fazer o mesmo. Porém, no mesmo dia em que Renan

Os interesses exclusivistas de um grupo minoritário do PMDB de Alagoas estão impedindo que a frente democrática no Estado consiga, através das alianças necessárias, derrotar as oligarquias que há 21 anos representam a força do continuísmo, da violência, corrupção, miséria, desemprego e desmandos administrativos.

O grupo minoritário, com manobras e golpes, tenta alijar a maioria do PMDB (80%) da composição de uma chapa unitária e forte, e ainda pretende expulsá-la do

partido. Além disto, revive os malcheirosos discursos anticomunistas sobejamente usado pela reação durante o regime militar.

Esta fração golpista ameaça apoderar-se da sigla do PMDB, dividindo-o e levando-o à derrota nas eleições em Maceió — apesar do partido ter obtido 70% dos votos na capital alagoana em 1982. Isto no momento em que o povo avança em sua organização e disposição de luta e em que os trabalhadores elevam sua consciência política.

Esta prática de grupo favorece as forças conservadoras e reacionárias. Impede a unidade das forças democráticas e progressistas de Alagoas. O mais grave no episódio é a interferência das oligarquias governistas em aliança com estes setores.

O momento exige da ampla maioria do PMDB extrema capacidade de, através de uma batalha política e jurídica, reconquistar a unidade necessária e deslocar este grupo de suas posições sectárias e estreitas.



Opião Parlamentar EDUARDO BONFIM dep. est. PMDB-AL



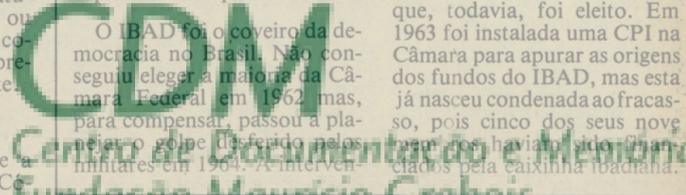
Arraes, em 1962, teve de enfrentar os dólares do IBAD, mas venceu

Um estratagema conhecido

Não constitui novidade o financiamento de candidaturas pelo grande capital. Nas eleições de outubro de 1962 o imperialismo norte-americano aplicou milhões de dólares para eleger governadores, deputados federais e estaduais entreguistas. Para isto usou o tristemente célebre IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), criado na década de 50 para "defender a democracia" (quanta hipocrisia!). Políticos de diferentes siglas partidárias venderam-se aos capitalistas ianques.

O IBAD foi o coqueiro da democracia no Brasil. Não conseguiu eleger a maioria da Câmara Federal em 1962 mas, para compensar, passou a planejar o golpe ditando pelos militares em 1964. A intervenção

ção do IBAD e da CIA foi confirmada pelo então embaixador dos EUA, Lincoln Gordon, que em telegrama ao Departamento de Estado do seu país informava: "Temos grande interesse no resultado (das eleições) e estamos tentando usar nossa influência destramente para levar a um resultado favorável". Um dos principais alvos foi Pernambuco. Lá, milhões de dólares foram aplicados em apoio ao candidato a governador João Cleofas, contra a candidatura progressista de Miguel Arraes — que, todavia, foi eleito. Em 1963 foi instalada uma CPI na Câmara para apurar as origens dos fundos do IBAD, mas esta já nasceu condenada ao fracasso, pois cinco dos seus nove membros não haviam sido denunciados pela caixinha iadadiana.



A tática do latifúndio

O latifúndio declarou guerra sem quartel ao plano de reforma agrária do governo Sarney. Tiros e editoriais, milícias privadas e mentiras, tocaias e discursos inflamados, uma "Marcha sobre Brasília" e até ameaças de golpe militar — vale tudo nessa cruzada nada santa, em defesa dos privilégios de uma classe que não tolera a menor mudança no país.

O latifúndio arremete contra a reforma agrária com a fúria de um boi bravo, mas também com esperanças de velha raposa, pois para alguma coisa lhe servirão quatro séculos de experiência no domínio do país.

Por trás das vociferações apocalípticas, nota-se a tática camaleão dos senhores de terras, que pode ser resumida em três orientações:

O coronel Cardoso e seu "lobisomem"

A primeira é isolar e derubar o ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro, e o presidente nacional do Inca, José Gomes. O ex-deputado da Arena Sérgio Cardoso de Almeida, arauto da ultradireita e dos fazendeiros paulistas, fornece um bom exemplo: acusa o ministro de "vir às televisões, parecendo um lobisomem, para aterrorizar a todos anunciando uma reforma agrária destrutiva, com um sorriso sarcástico e tenebroso".

Bem outra é a linguagem de Cardoso de Almeida quando trata de José Sarney: "Presidente — diz —, essa reforma pode nos arra-



Foto Luiz Antônio Ribeiro



Para o ex-deputado da Arena e arauto dos fazendeiros paulistas Cardoso de Almeida (à direita), o ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro (esq.) age como "lobisomem", "com seu sorriso sarcástico e tenebroso"

sar como país civilizado e temos certeza de que, no fundo, essa também é sua opinião. Ainda é tempo. Coragem, presidente. Dê um basta a essa reforma agrária".

Acontece que não há indício dessa brecha que os latifundiários querem abrir na equipe de governo. Ainda na segunda-feira dia 17, José Sarney declarou com todas as letras: "É impossível o país avançar sem que se faça uma reforma profunda no seu sistema fundiário. E eu irei, com a minha responsabilidade de presidente da República, hei de fazer, hei de tocar, levar à frente uma reforma agrária democrática".

O latifúndio, então, combina a bajulação com a ameaça. Armando Falcão, grande fazendeiro em Quixeramobim e ex-ministro da ditadura, chega a dizer que "se a desordem (ou seja, a reforma) se instalar, far-se-á necessária a intervenção

militar". Jorge Arbage, deputado malufista do PDS paraense, vaticina que Sarney "poderá sofrer a mesma decepção de João Goulart". E o deputado mineiro Delson Scarano, também do PDS: "Isso vai virar um novo 64, pois por muito menos se fez uma revolução".

Um estratagema para criar pavor

O segundo ponto da tática latifundiária é atrair, pelo medo, os pequenos e médios proprietários agrícolas. O latifúndio, enquanto classe social, é uma minoria insignificante. O último censo registra apenas 48 mil propriedades em todo o país com mais de mil hectares. Estes senhores tratam então de arrastar à sua retaguarda a massa considerável de milhões de pequenos e médios proprietários, apavorando-os com o fantasma da desapropriação.

Pouco importa aos latifundiários se o plano do governo, e as próprias resoluções do Congresso da Contag, deixam perfeitamente claro que o alvo da reforma são as grandes e não as pequenas e médias propriedades.

Até parece que o mundo vai acabar

Por fim, o terceiro elemento da tática latifundiária é fazer barulho, uma barulheira infernal, como se o mundo fosse acabar no dia em que se tocasse suas ricas terras. E aí se pode ver o poderio dessa classe ultrareacionária, decadente, é certo, mas formando junto com o capital imperialista e os monopólios brasileiros o tripé que sustenta toda a ordem econômica, social e política que castiga nosso povo.

Atendendo ao chamado do latifúndio, praticamente todos os órgãos da grande imprensa entraram em ritmo de campanha contra os planos de reforma. Desde "O Estado de S. Paulo" e o "Jornal do Brasil" até a "Folha de S. Paulo" e "O Globo" (este coligado com a potente rede de rádio e televisão do Sr. Roberto Marinho), entre muitos outros, todos passaram a bradar num coro único que a proposta é absurda, infeliz, catastrófica.

Esse tipo de imprensa passa a dar destaque máximo, para servir ao latifúndio, precisamente aquilo que antes era silenciado... para servir ao latifúndio. A formação de milícias particulares fortemente armadas, a mando de grandes fazendeiros, deixa de ser feita em surdina para ganhar as primeiras páginas. Idem para as ocupações de terras. Toda a luta que vem se acirrando há anos nas áreas interiores, e que a grande imprensa ignorava solenemente, aparece agora como se fosse fruto do plano anunciado no dia 27 de maio último!

A revista "Veja" apresenta, com cores simpáticas e uma foto enchendo toda a capa, um desses "heróis" da luta contra aquilo que chama, em editorial, de "fantasias distributivistas" e "cenografia oficial". É o tenente Trajano Bueno Bicalho, que serviu na polícia de Goiás e orgulha-se de ter participado na repressão à Guerrilha do Araguaia, nos anos 70. "Comandei o massacre de uma guerrilha assassina em Xambioá. O corpo dela ficou como peixeira", vangloria-se o tenente Bicalho. Hoje, ele passeia armado até os dentes pela fazenda de seu irmão, no Bico do Papagaio, profetiza que "essa reforma vai acabar em guerra" e coloca-se arrogantemente acima, ou fora, da lei: "Aqui — disse Bicalho à revista — não vale palavra de delegado, juiz e presidente, vale a força".

Diante dessa rebelião do latifúndio, o movimento camponês brasileiro tira suas consequências. Os trabalhadores rurais mostraram, no 4º Congresso da Contag, que têm consciência das limitações do Estatuto da Terra e do plano de reforma do governo (ver TO números 219 e 220).

Porém a vida colocou para eles uma questão bem concreta e decisiva para os rumos do seu movimento. Se o projeto do governo é derrubado ou mutilado pela contra-ofensiva dos latifundiários, não só a causa da reforma agrária mas também os próprios rumos da transição democrática no seu conjunto terão sofrido uma séria derrota. Em contrapartida, se o latifúndio quebra os dentes, não será ainda a solução em profundidade dos dramas do campo brasileiro, mas o movimento camponês terá alcançado um notável êxito, desimpedindo o caminho para novos avanços. (Bernardo Joffily)



Foto Adão Nascimento

Após sua primeira coletiva como presidente, Sarney cumprimenta os jornalistas

Sarney frisa que meta do pacto são as mudanças

"A pergunta é: o que é o pacto?" — afirmou o presidente José Sarney em sua primeira entrevista coletiva à imprensa como presidente da República, segunda-feira dia 17, transmitida ao vivo em cadeia nacional. E a resposta foi de certa forma a chave da entrevista, que abordou também os problemas da reforma agrária e da atitude frente à dívida externa.

"Para nós realizarmos as mudanças que nós nos comprometemos — disse Sarney — nós precisamos de uma vontade e de uma consciência política. E se nós não tivermos no país uma vontade política, uma consciência política de unidade, não se fará, de nenhuma maneira, o passo decisivo que o país necessita, neste instante, e que ele exige: o das mudanças. Daí a necessidade do pacto. E vamos discutir com a sociedade — aí o pacto não é elitista — as diversas reformas que nós teremos de fazer para dar o passo decisivo".

O XIS DO PROBLEMA

Ao acoplar e soldar a palavra mudança à idéia do chamado pacto político, José Sarney conseguiu mais prestígio para sua proposta do que em toda a trajetória que ela percorreu até aqui, ao menos em termos populares. Mudança é a palavra chave, o abre-te Sésamo, o xis do problema, o que interessa ao povo. Se há no povão alguma reticência em apoiar a tese do pacto, é precisamente porque tivemos, sob os governos militares, todo um rosário de sugestões de "pactos", "consensos", "acordos nacionais" e congêneres... só que no sentido inverso, de não

mudar, de conservar o velho regime e sua velhíssima política.

Na medida em que demonstre que é para mudar de fato, para transformar a estrutura agrária entregando a terra aos que nela trabalham, para resistir aos banqueiros imperialistas e às ordens do FMI, para acabar com a Lei de Segurança e todo o resto do entulho autoritário, para convocar uma Assembléia Nacional Constituinte efetivamente livre, soberana e participativa — nesta exata medida o pacto terá a adesão do povo, necessária inclusive para dobrar resistências nas cúpulas políticas.

SUSPENSÃO DA DÍVIDA?

Em relação à reforma agrária, a despeito de certo defensismo frente ao berreiro dos latifundiários, Sarney sustentou o plano apresentado pelo ministro Nelson Ribeiro (veja artigo ao lado), disse que "a reforma agrária é um compromisso do governo e o governo não vai recuar desse compromisso". Porém a maior revelação veio no fim da entrevista, e residiu mais na pergunta, já que não houve resposta.

Ao fazer sua indagação, a jornalista da "Gazeta Mercantil" afirmou: "Soubemos que em reunião recente, na Granja do Torto, o sr. ponderou que se os níveis de reservas cambiais fossem o país suspenderia o pagamento dos juros. Pergunta: com que nível de reservas o país deixaria de pagar juros?" Sarney afirmou que não deve tornar pública a resposta, alegando que isso prejudicaria a estratégia do Brasil frente aos credores. Mas não desmentiu a declaração da jornalista. E voltou a dizer que "há um limite do que o Brasil pode suportar para pagar sua dívida".

PC do B atrai lideranças populares em Pernambuco

Apesar da forte chuva, cerca de 500 pessoas participaram da festa de inauguração do PC do B em Recife, sábado dia 15. Do Cabo vieram dois ônibus, e também vieram pessoas de Palmares, Joaquim Nabuco, Igarassu, Garanhuns, Paulista, Olinda, Caruaru e outras cidades.

O candidato a prefeito pelo PMDB, Jarbas Vasconcelos, esteve presente, assim como os deputados estaduais Luciano Siqueira e Sérgio Longman e o vereador Edson Miranda. Também prestigiaram a festa o presidente do PMDB, Fernando Correia; o advogado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Romeu da Fonte; e lideranças sindicais, estudantis e populares.

Jovens do bairro de Peixinhos, Olinda, apresentaram uma pequena peça teatral; um militante leu um poema; foi cantada uma marcha sobre a legalidade do PC do B, composta por Arisvaldo, diretor do Sindicato dos Eletricistas. Mais de 60 pessoas pediram filiação ao Partido Comunista do Brasil durante a inauguração, e na preparação do ato, durante a semana, foi realizada colagem de mil cartazes e distribuição de 50 mil panfletos.

FATO NOVO EM PERNAMBUCO

Segundo Alanir Cardoso, da Comissão Diretora Nacional Provisória do PC do B, a legalidade do partido em Pernambuco "vem despertando vivo entusiasmo junto às camadas do povo pernambucano. Especialmente entre os trabalhadores e estudantes. O PC do B atrai também intelectuais e ativistas dos movimentos populares de periferia, velhos combatentes,



Foto Sidney Passarinho

A chuva não impediu a presença popular na festa dos comunistas

militantes antigos, reaparecem trazendo um documento, distintivo ou exemplar de jornal de dezenas de anos atrás, como prova de que este é o seu partido, no qual se reintegram agora".

Para o dirigente comunista, "este é um fato novo no quadro político de Pernambuco, de enorme significação. O PC do B, reorganizado em 1962, enfrentou grandes dificuldades para se reestruturar no Estado. Sobretudo durante o regime fascista. É relativamente recente a sua intervenção aberta no movimento de massas".

Alanir destaca que "fruto da sua política justa e da abnegação dos seus militantes, o Partido Comunista do Brasil desponta agora como verdadeira alternativa de organização revolucionária e consequente para a classe operária e as massas populares". (Quilômetro)

MUNDO SANTAREM: ROBERTO ALMEIDA, DA VISTA, MACHADO, PORTO DA SILVA, JAPONAIS, SHIMIZU, ADRIANO, PORTO DA SILVA, PORTO DA SILVA, PORTO DA SILVA

EDITORIA ABRIL, N. 176, 19 DE JUNHO DE 1985, C\$ 8,00

veja

COMPLAR DE ESTIMANTE, VENDA PROIBIDA

A proteção secreta aos nazistas

MENGELÉ

Invasor que pisar aqui leva chumbo. Vem que tem."

Trajano Bicalho, guardião da Fazenda Camarões, no norte de Goiás

REFORMA AGRÁRIA

OS FAZENDEIROS SE ARMAM

O "herói" da última capa de "Veja" declara que sua arma vale mais que a lei

OPINIÃO

Hora do trabalhador erguer a voz

Está na hora, mais do que nunca, dos trabalhadores erguerem suas vozes em defesa da reforma agrária. A colossal pressão do latifúndio sobre o governo só pode ser enfrentada com uma pressão ainda maior, de massas e organizada, no sentido contrário.

Em 1983/84 os trabalhadores rurais fizeram uma "Campanha Nacional pela Reforma Agrária" com grandes concentrações nas capitais. Hoje, razões muito mais imperiosas, urgentes e mobilizadoras impõem uma repetição da dose, em escala ampliada e a curto prazo. Há também a tarefa de empurrar a aplicação do plano do governo, por exemplo levan-

tando as áreas que os camponeses julgavam prioritárias para a desapropriação e distribuição.

É indispensável, por fim, repisar que este assunto não é apenas dos camponeses. A classe operária, todos os trabalhadores urbanos e suas entidades têm o dever de se engajar a fundo nessa luta. E não só por solidariedade a seus irmãos do campo. O latifúndio é inimigo de todo o povo brasileiro. E a causa da reforma agrária antilatifundiária — objetivo igualmente de todo o povo — trava nestes dias uma batalha decisiva, independente das conhecidas debilidades do plano do governo.

Democracia... mas não muita

A eleição em dois turnos para as prefeituras seria certamente mais democrática que a realizada pelo processo até agora vigente. Evitaria a possibilidade de algum candidato sair vitorioso apesar de contar com minoria do total de eleitores. Mas surpreendentemente esta proposta foi derrotada na Câmara Federal, por evidente desinteresse inclusive do PMDB. Em vez da convocação democrática prevaleceu o interesse menor, de quem não quer arriscar-se a perder posições.

CONCEPÇÕES DISTINTAS

O episódio é ilustrativo do quanto ainda se deve fazer para varrer os instrumentos de arbítrio e alcançar a plena liberdade. Estas reformas na legislação têm sido realizadas sem uma mobilização permanente das forças populares, através de entendimentos basicamente no nível parlamentar. E é sabido que neste terreno predominam as classes dominantes - por um lado existe o interesse em democratizar o país, abrir os laços que durante 21 anos estrangularam qualquer manifestação oposicionista, mas de outro existe um certo receio de que o povo arrebate em suas mãos a bandeira da liberdade e resolva as coisas de forma "muito radical", ou seja, por cima das concepções liberais burguesas.

A luta contra o regime militar envolveu, para acumular forças suficientes, setores sociais muito amplos, aglutinando portanto interesses muito distintos. Agora, na construção da democracia, vão se delimitando os campos. Os trabalhadores e as massas populares, para imprimir à Nova República um caráter efetivamente progressista, precisam ampliar em muito a sua organização e mobilização, jogando de fato na cena política a força dos milhões e milhões que constróem o país com seu suor.

DIFÍCIL EXPLICAR

A eleição em dois turnos facilitaria que todas as correntes de opinião apresentassem candidatos próprios, disputando a preferência dos eleitores, e, ao mesmo tempo, garantiria que na segunda rodada de votação fosse escolhido um prefeito com mais de 50% dos votos. A discussão política seria mais rica e a votação mais representativa.

Além disto, depois de fazer propaganda de seus programas, cada partido estaria comprometido a marchar em seguida com outras correntes, num esforço de unidade, para eleger o nome mais indicado no segundo turno. Ou seja, já na primeira rodada cada um teria que contemplar a necessidade do entendimento com outras forças.

A rejeição do projeto teve, como agravante, cenas vergonhas, quando vários deputados foram flagrados votando por outros, que estavam ausentes. E até o momento não se tomou a decisão de anular a votação fraudada. Vai ser difícil explicar ao povo este comportamento.

O JOGO DE BRIZOLA

Mas os problemas sobre este assunto não param aí. O governador Leonel Brizola, do Rio de Janeiro, quer agora derrubar também a votação em dois turnos para presidente da República, aprovada recentemente no Congresso Nacional por proposta do presidente José Sarney. Brizola já se beneficiou da fragmentação dos votos em 1982, quando foi eleito com pouco mais de 30% dos votos, num pleito com cinco concorrentes.

Agora, o chefe do PDT joga por um lado na divisão do PMDB - ainda emperrado pela atuação dos chaguistas - e com a saída de um candidato do Partido da Frente Liberal, fragmentando portanto a Aliança Democrática, para tentar eleger seu candidato, o senador Saturnino Braga. Ou seja, longe da preocupação com a democracia, fala mais alto a ambição de grupo.

(Rogério Lustosa)

Trabalhadores contra complô imperialista nos estaleiros

Os trabalhadores de diversas categorias estão empenhados na luta para impedir o sucateamento da indústria naval e da marinha mercante nacional. Esta é uma luta patriótica da maior importância. Estes dois setores representam alavancas fundamentais para o desenvolvimento econômico independente do país.

O grande capital internacional tentou de todas as formas provocar o colapso do componente nacional destes dois setores durante o finado governo Figueiredo-Delfim Netto. Agora, está na hora da Nova República definir uma política consequente de defesa dos interesses nacionais no tocante à indústria naval e à marinha mercante do nosso país.

A marinha mercante tem uma importância decisiva para a soberania econômica e política de qualquer país. No caso do Brasil isto é ainda mais acentuado devido à enorme costa marinha nacional e à abundância de gigantescos rios que cobrem toda a extensão do país.

O transporte marítimo e fluvial se divide em cinco categorias principais: a navegação de longo curso, que se dá em alto mar através dos oceanos; a cabotagem, em águas costeiras de um só país ou em águas marítimas limitadas; o trabalho de apoio "off-shore", que envolve todo o tipo de ações de apoio a empreendimentos em alto mar; o transporte fluvial interno, que se dá através dos rios; e finalmente a pesca. Todas têm um papel relevante na defesa da soberania nacional.

No comércio externo a importância é evidente. Cerca de 82% do intercâmbio comercial no mundo é feito por via marítima. Para o Brasil, o índice é ainda mais elevado — 97% do comércio exterior é feito por linhas marítimas. Para se ter uma idéia do que isto representa, basta ver que o espaço econômico representado pelo negócio de fretes (aluguel de navios) mobiliza 4 bilhões de dólares por ano no Brasil, sendo o segundo maior negócio depois do petróleo.

Já a navegação de cabotagem e o transporte fluvial interno estão diretamente vinculados à necessidade de uma política de transporte voltada para a realidade nacional. Todo o parque industrial dos países centrais do mundo capitalista foi montado tendo como base energética o petróleo, atendendo os interesses das gigantescas empresas monopolistas do setor como a Shell, Texaco, Esso etc.

O grande capital impôs esta mesma base energética para as econo-

mias dos países dependentes. Assim, com a implantação das multinacionais automobilísticas, houve todo um esforço para desenvolver o transporte rodoviário e sufocar o fluvial, marítimo e ferroviário que seriam mais econômicos para o país. Apesar de contar com extensos rios e longa costa, o Brasil teve sua navegação de cabotagem e seu transporte fluvial estrangulados, enquanto o regime militar desperdiçava bilhões em rodovias inoportunas como a Transamazônica.

Mesmo o trabalho de apoio "off-shore" também afeta diretamente a soberania nacional, apesar de trabalhar em alto mar. Basta ver as empresas que prestam serviços para a Petrobrás nas plataformas marítimas. A maioria dos barcos pertencem a empresas estrangeiras, em geral vinculadas às grandes companhias petrolíferas. Estas, se quiserem, podem retirar suas embarcações de uma hora para outra do Brasil e causar o colapso da atividade de exploração e prospecção de petróleo, produto essencial para o nosso desenvolvimento independente.

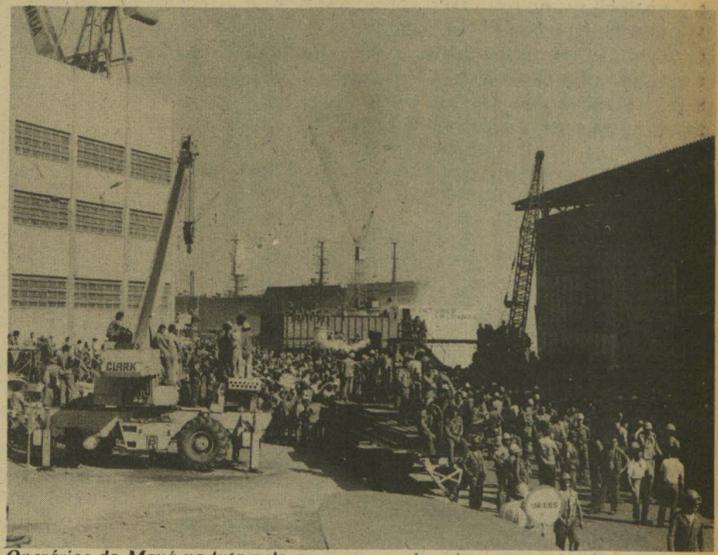
Defesa da marinha mercante é ponto de honra para todos que anseiam pelo progresso

Por tudo isto, a defesa da marinha mercante nacional é um ponto de honra para todo patriota que anseia pelo progresso soberano do país. Para que não mandem no Brasil, é imperativo que mandemos no nosso mar e nos nossos rios. E a conquista de uma marinha mercante própria passa necessariamente pela implantação de uma indústria naval própria.

A primeira tentativa de implantação de uma indústria naval nacional se dá em meados do século XIX através do conhecido Barão de Mauá. Protegido pela tarifa Alves Branco, seu estaleiro chegou a construir 70 embarcações. Mas logo se fez sentir a pressão contrária do capital inglês, que derrubou a incipiente reserva de mercado e liquidou a indústria nascente, inundando o país com embarcações produzidas na Inglaterra. Após a 1ª Guerra, o Brasil chegou a construir o primeiro petroleiro da América Latina. Mas a recomposição dos grandes capitalistas a nível mundial e as sucessivas crises financeiras nessa década acabaram por inviabilizar mais uma vez este esforço de industrialização.

O esforço mais sério de desenvolvimento da indústria naval nacional ocorre no governo Juscelino Kubitschek nos anos 1959/1960, quando é lançado o Primeiro Plano de Construção Naval (PCN). Este plano envolvia projetos de instalação, modernização e expansão dos estaleiros, alguns já em operação, com um investimento da ordem de 40 milhões de dólares. Como consequência deste esforço, a marinha mercante nacional chegou a 1968 transportando 47 milhões de toneladas de carga em navios brasileiros.

Em 1974, o regime militar lançou o segundo PCN baseado num modelo econômico de total dependência em relação ao grande capital internacional. Apostando na obtenção de dinheiro "fácil" junto ao mercado financeiro internacional, os generais entreguistas alimentaram um crescimento deturpado da indústria naval brasileira. Sem estar vinculado a um plano econômico integrado, de efetiva independência nacional, as bases deste desenvolvimento eram absolutamente frágeis e subordinadas aos interesses do grande capital. A partir da segunda metade da década de 70, o imperialismo "migrou" sua indústria de construção naval da Europa e dos



Operários do Mauá na luta pelo emprego e pela soberania nacional

EUA para o Oriente, concentrando seus investimentos principalmente no Japão (que hoje ocupa 50% do mercado mundial de navios) e na Coreia do Sul (que hoje ocupa 20%).

Assim, a Coreia do Sul, que em 1972 não tinha sequer estaleiro, hoje tem de cinco a 10 vezes a capacidade de produção do Brasil. A concessão de novos empréstimos ao Brasil ficou subordinada à compra de navios no exterior. Por pressão dos grandes capitalistas internacionais, a indústria naval foi sendo transformada em sucata, o que já havia ocorrido na totalidade dos países da América Latina. A queda brutal nos anos do governo Figueiredo pode ser acompanhada na tabela 1, ao lado.

Sintomaticamente, só empresas controladas por multinacionais não sofreram com a crise

Sintomaticamente, os estaleiros menos afetados por esta crise são justamente aqueles que têm predomínio de capital multinacional. É o caso do estaleiro Verolme, gerado a partir de capital holandês, que inclusive aumentou seu número de empregados de 5 mil para 7.500 nos anos 80, graças ao grande volume de encomendas para exportação (especialmente para a Arábia Saudita). Em segundo lugar vem o estaleiro Ishibrás, caudatário brasileiro da Ishikawajima-Harima, do Japão, que agora está construindo os dois maiores navios para transporte de petróleo e minério do mundo ao custo de 72 milhões de dólares cada.

Como foi revelado pela revista "Senhor" número 222, a vitória da Ishibrás na concorrência internacional se deveu em muito ao fato do navio ter sido encomendado a um estaleiro de capital majoritário japonês, visando a sua utilização no transporte de minério de ferro de Carajás para o Japão e de petróleo nas viagens de volta. Já os demais estaleiros vêm operando em geral com 60 a 80% de capacidade ociosa.

As consequências desta política se traduzem na desnacionalização da marinha mercante brasileira. Na frota atual de cerca de 19 milhões de TPB, metade é composta de navios estrangeiros importados ou afretados. No governo do general Figueiredo, o Brasil importou ao todo 20 navios, correspondentes a 420 mil TPB, ao custo de 800 milhões de dólares. Essas mesmas encomendas, se feitas aos estaleiros nacionais, manteriam toda a indústria naval brasileira funcionando a capacidade total por mais de um ano. De 1980 a 1984 o Brasil gastou 3 bilhões e meio de dólares em afretamento de navios ao exterior. Essa mesma quantia, se investida na indústria naval nacional, daria para substituir 70% da frota que é hoje afretada. E só com a isenção de Imposto Sobre Operações de Câmbio, uma forma de incentivo fiscal ao afretamento de navios estrangeiros, o Brasil deixou de arrecadar 877 milhões de dólares neste mesmo período, uma gigantesca sangria de preciosos recursos nacionais.

Com isto, a participação de navios brasileiros no total de comércio do Brasil feito por via marítima não passou de 17% em 1984 (ver tabela 2). A maior parte da frota mercante brasileira de longo curso pertence a três companhias estatais — a Lloyd Brasileira, Petrobrás e Docenave. Mas a frota destas é composta majoritariamente por navios estrangeiros.

Como mostra a tabela 3. Noventa embarcações estrangeiras operam na área de apoio "off-shore" sem registro no Tribunal Marítimo Nacional e a maior parte com tripulação estrangeira. Em relação à frota pesqueira o Brasil tem 110 embarcações estrangeiras afretadas, inclusive com tripulações inteiras compostas por estrangeiros.

O ônus desse entreguismo desenfreado, como sempre, tem recaído principalmente sobre os trabalhadores. O número de empregos diretos nos estaleiros chegou a 40 mil em 1979. Hoje está em torno de 20 mil. A indústria de navegação, que vem operando com cerca de 50% de sua capacidade ociosa, tem potencial para empregar mais 200 mil trabalhadores. O número de marítimos desempregados já ultrapassa a casa dos 5 mil.

É preciso pôr fim à política entreguista e garantir os interesses da nação nesses setores

Juntando a isso a indústria de máquinas, ferramentas, material de acabamento etc, conclui-se que nada menos que 1 milhão de pessoas dependem economicamente da indústria naval. A esmagadora maioria concentrada no Rio de Janeiro. As dimensões sociais de um possível colapso da indústria naval para o Rio podem ser comparadas, guardadas as devidas proporções, ao caso do banco Sulbrasileiro na economia do Sul.

Urge uma definição clara de defesa da soberania nacional no tocante à indústria naval e à marinha mercante por parte da Nova República. A situação continua dramática. O estaleiro Caneco ameaça demitir mais 900 dos atuais 3 mil trabalhadores caso não entrem novas encomendas até setembro. Já no estaleiro Mauá a demissão de 2 mil dos seus 3 mil empregados foi evitada pela gigantesca mobilização dos operários no começo deste ano, que garantiu a liberação de duas encomendas da Petrobrás.

Já foram liberadas algumas encomendas que estavam retidas pelo governo anterior. Mas ainda não se sentiu uma mudança efetiva da política oficial para os dois setores. De imediato, em caráter emergencial, é possível liberar o conjunto de encomendas dos estaleiros, congeladas em função do escândalo da Sunaman, de modo a aumentar a participação de navios brasileiros na nossa frota.

Os responsáveis pelas irregularidades no caso Sunaman devem ser identificados e punidos, sejam eles dos estaleiros, do governo anterior ou dos bancos. Se for comprovado o envolvimento dos empresários dos estaleiros nas irregularidades pode-se até pensar na estatização das empresas como indenização ao erário público. É inadmissível que isso seja usado como pretexto para o aniquilamento de setores estratégicos para o desenvolvimento independente da nossa economia. E nem que seja punido com o desemprego o único setor da indústria naval que não tem absolutamente culpa nenhuma no cartório (os trabalhadores).

O que a luta dos trabalhadores na indústria naval aponta como mais importante a médio e longo prazo é justamente enfrentar os interesses dos capitalistas e afretadores internacionais, é o caminho da completa nacionalização da indústria naval e da marinha mercante do Brasil, segundo nossas necessidades como nação soberana.

TABELA I

Produção anual da indústria naval em toneladas de porte bruto (TPB) entregues

1979	— 1.395.980
1980	— 1.193.800
1981	— 1.183.180
1982	— 620.920
1983	— 569.895
1984	— 320.000 (número aproximado)

Fonte: Sinaval

TABELA II

Volume de carga transportada por navios brasileiros e por navios estrangeiros no comércio exterior do Brasil em 1984 (em %)

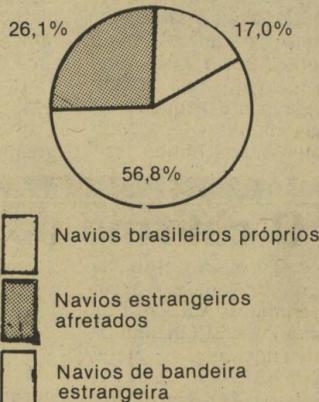


TABELA III

Relação entre navios brasileiros e navios afretados nas principais companhias de navegação nacionais:

Frota Nacional de Petroleiros	— 59 próprios e 63 afretados
Lloyd Brasileiro	— 44 próprios e 33 afretados
Docenave	— 17 próprios e 42 afretados

Fonte: Confederação Nacional de Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos.

Chega de fraudes

No futebol, se o jogador empurra a bola com a mão, o gol é anulado. Mas no Parlamento, se um deputado fraudar a votação, acionando o botão do painel eletrônico no lugar de um colega ausente, como é que fica?

Na decisão sobre a eleição em dois turnos para as prefeituras, alguns deputados foram flagrados — com foto inclusive — votando por outros. Já apareceram muitas "explicações". E surgiu uma enorme discussão se deve-se ou não punir os faltosos, se deve-se ou não anular a votação.

O povo não pode tolerar que pessoas que receberam o seu voto, para representá-lo no Poder Legislativo, se dediquem a achincalhar a confiança que lhes foi dada agindo desonestamente. E não pode tolerar que se deixe passar o episódio em brancas nuvens, com uma simples advertência, como querem alguns deputados.

Durante 21 anos a ditadura fraudou a vontade popular através da violência e da corrupção. O Parlamento perdeu sua autonomia e foi submetido aos ditames dos generais. Agora, ao se derrotar o arbítrio, na construção da Nova República, os trabalhadores pressionarão para que o Congresso se comporte de acordo com os interesses da nação e que todos os seus atos sejam rigorosamente fiscalizados.

Diversas categorias despertam em Brasília

Sem o clima de repressão reinante durante o regime militar, diversas categorias de trabalhadores de Brasília se mobilizam de forma intensa. Os médicos da Fundação Hospitalar estão paralisados há mais de três semanas. Os professores de 1º e 2º graus entraram em greve a partir do dia 15. Os comerciários das Lojas Panelão ficaram parados por uma semana.

O movimento grevista dos médicos da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, iniciado dia 4 de junho, continuava firme até o fechamento desta edição, sem que se chegasse a um acordo com o governo da capital. Os médicos reivindicam melhorias salariais, democratização da Fundação Hospitalar e melhorias no atendimento à população. Diversas categorias do setor de saúde — farmacêuticos, odontólogos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, auxiliares de enfermagem e nutricionistas — também paralisaram os trabalhos em solidariedade aos médicos.

Na audiência dos grevistas com o Secretário da Saúde do Distrito Federal, este pediu aos médicos que voltassem ao traba-

lho, para que houvesse diálogo, tendo como resposta um estrondoso não. O governo coloca que não pode tomar uma decisão sem a autorização da Secretaria do Planejamento da República. A greve se mostra bem estruturada, conta com amplo apoio da população e de diversos sindicatos e associações de classe.

PROFESSORES PARAM

Numa assembléia com cerca de cinco mil professores de 1º e 2º graus (a categoria tem 15 mil mestres) de Brasília, dia 15, foi aprovada a deflagração de greve a partir da segunda-feira, dia 17. Os grevistas lutam por reposição salarial de 46%, piso de quatro salários mínimos para a categoria e 15% de produtividade. Antes

da paralisação os professores foram em comissão até o governador José Aparecido e ao secretário da Educação, Pompeu de Souza, sem que recebessem uma resposta positiva às suas reivindicações.

O "PANELÃO" ESQUENTA

Cerca de 300 dos quase 400 funcionários das duas lojas dos Supermercados Panelão paralisaram por uma semana os trabalhos. Só voltaram a trabalhar depois de atendidas suas reivindicações; pagamento do piso salarial da categoria, pagamento das horas extras trabalhadas; permissão de desconto nas compras que os funcionários efetuarem nesta loja; dispensa dos funcionários da revista obrigatória e cumprimento do horário de trabalho, respeitando as horas de descanso.

Os patrões não esperavam pela paralisação e se assustaram. Foi formada uma comissão de funcionários para encaminhar as propostas. Na mesa redonda entre funcionários e patrões na DRT, estes últimos pressionaram para que a greve fosse declarada ilegal, mas não conseguiram o seu intento. Maria Ivonete, diretora do Sindicato dos Comerciários de Brasília, declarou que "existe uma forte mobilização da categoria contra as péssimas condições de trabalho que enfrentam".

O PROTESTO DOS BANCÁRIOS

Dia 21 os funcionários do Banco do Brasil, em Brasília, paralisaram o trabalho por 24 horas, protestando contra a portaria do ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, que vetou a antecipação de 34,5% do reajuste salarial de setembro para este mês. No dia 13 de junho os bancários do BB já haviam paralisado o trabalho por três horas, deixando as gerências confusas, sem condições de intervir. (Cid Lima — sucursal de Brasília)



Foto César Diniz

A assembleia decidiu pela suspensão da greve; acima, Lúcia, presidenta da ASSES

Servidores suspendem greve mas continuam mobilizados

Os servidores da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo decidiram em assembléia com cerca de 8 mil pessoas realizada na quarta-feira, "dar uma trégua" ao governo para estudar suas reivindicações de aumento salarial e melhores condições de trabalho.

A greve começou no dia 27 de maio, com 90% de adesão. O único momento em que a categoria se dividiu foi quanto à participação na campanha nacional de vacinação contra a poliomielite. Segundo dados do próprio comando de greve, na maioria das cidades do interior os funcionários não acataram a polêmica decisão de boicotar a campanha assumida por apertada maioria em assembléia. Preferiram vacinar e aproveitar para divulgar as razões da greve. Na capital o boicote foi maior. Mas mesmo assim muitos funcionários foram trabalhar, inclusive como voluntários.

Avaliando o movimento, a enfermeira Maria Lúcia de Souza, presidenta da ASSES — Associação dos Ser-

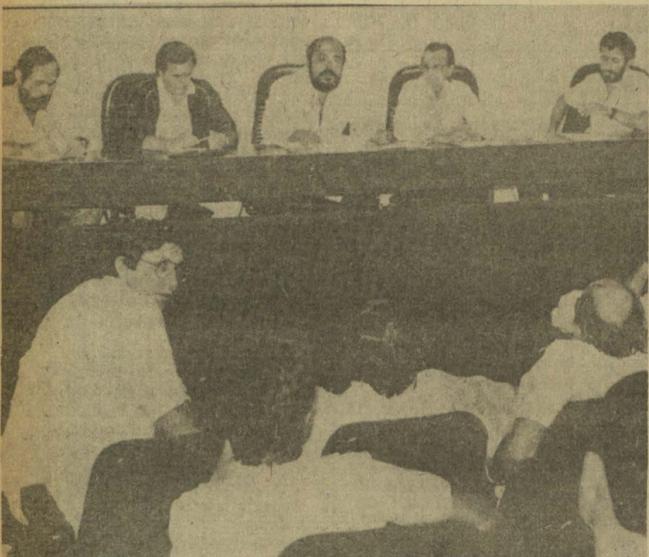
vidores da Secretaria de Estado de Saúde — considerou que houve uma vitória parcial: "O principal saldo da greve foi organizativo, com o reforçamento da ASSES, que tem pouco mais de um ano de existência. Por outro lado, obtivemos conquistas parciais, na medida em que o Secretário da Saúde decidiu destinar 50% da verba de convênio com o Inamps para melhorar a situação salarial dos funcionários. É a primeira vez que isso ocorre. Agora temos um canal de comunicação com o governo, embora ainda não se saiba qual será o percentual de aumento. Será formada uma comissão para estudar esse assunto, com nossa participação. Vamos esperar os 30 dias que o governo pediu para este fim, organizados e mobilizados para a lutar".

Enquanto isso, os servidores do Hospital dos Servidores Públicos e do Hospital das Clínicas, inclusive os médicos, decidiram entrar em greve pelas reivindicações gerais do funcionalismo, além de 30 horas semanais, insalubridade de 40% sobre o salário real e data base de aumento em maio e novembro, incorporação dos 25% de abono ao salário mais 100% do INPC. (Olivia Rangel)

de penúria de todo o funcionalismo. As greves estão ocorrendo devido a esta situação objetiva e também porque o povo como um todo conquistou um espaço democrático, liberdade para lutar".

Essa foi precisamente a visão dominante na assembléia. Até mesmo entidades que estavam no pique da greve, como o Instituto Butantã, decidiram apoiar o conjunto. Como declarou o vice-presidente da Associação dos Servidores do Instituto, "nós estávamos a todo vapor. Mas levamos em conta o conjunto do movimento e decidimos apoiar a decisão de trégua".

Enquanto isso, os servidores do Hospital dos Servidores Públicos e do Hospital das Clínicas, inclusive os médicos, decidiram entrar em greve pelas reivindicações gerais do funcionalismo, além de 30 horas semanais, insalubridade de 40% sobre o salário real e data base de aumento em maio e novembro, incorporação dos 25% de abono ao salário mais 100% do INPC. (Olivia Rangel)



Médicos grevistas do Distrito Federal se reúnem

Reajuste nas prestações do BNH não beneficia os mutuários

O presidente José Sarney anunciou no último dia 19 os novos índices de reajustes das prestações dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Os valores a entrarem em vigor a partir de 1º de julho serão de 246,28% para os reajustes anuais e 112% para os mutuários que optarem pela semestralidade. A medida governamental desagradou profundamente as 3,2 milhões de pessoas que pagam a casa própria através do SFH.

O BNH está a caminho da falência, com um déficit previsto de Cr\$ 50 trilhões. O número de inadimplentes (os que estão com as prestações atrasadas há três meses ou mais) varia de 60% a 70% dos mutuários. Portanto, com o atual índice decretado agora este percentual deverá aumentar ainda mais. As associações de mutuários já prometem realizar manifestações de protesto em todo o país.

MUTUÁRIOS NÃO ACEITAM

Por trás destes números dos reajustes existe uma renhida disputa entre mutuários e os agentes financeiros. Estes últimos tentam fazer com que os mutuários optem pela semestralidade nos reajustes. A medida governamental ofereceu algumas facilidades aos que optarem por este tipo de pagamento. Para estes o reajuste será com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) — 112% no semestre enquanto os contratos anuais acompanharão a correção monetária: 246,28%.

Em seu pronunciamento, Sarney sublinhou as alegadas vantagens do reajuste semestral. Mas a proposta apresentada pelo presidente está muito distante da pretendida pelos mutuários, que pediam 112% de reajuste mas que se mantivesse o critério da

anualidade. Isto, para repor as perdas ocorridas nos últimos dois anos, quando os reajustes da casa própria ficaram acima dos reajustes salariais.

Imediatamente após o anúncio dos novos aumentos nas prestações do BNH, a Associação Nacional dos Mutuários começou a orientar seus associados para que não transforme o seu contrato anual em semestral e aconselha a suspensão dos pagamentos das prestações, entrando na Justiça. Na semestralidade os reajustes acompanharão a equivalência salarial, e poderão passar a ser trimestral caso os trabalhadores consigam a trimestralidade.

Mais uma vez as pressões dos agentes financeiros do BNH foram mais fortes que dos mutuários. No último ano os reajustes salariais foram de 215,5%, mas os mutuários terão que arcar com um aumento na casa própria de 246,3%.

Comerciários do Mappin realizam primeira paralisação em 28 anos

Na semana passada os comerciários do Mappin, a maior e mais tradicional loja de departamentos do país, realizaram uma greve parcial de três dias, o que não ocorria há 28 anos. A empresa em represália demitiu as principais lideranças e não vacilou em usar a polícia para reprimir o movimento, como ocorreu no bairro do Itaim.

Insatisfeitos com seus salários, entre os mais baixos da categoria, os funcionários da empresa elaboraram uma pauta de reivindicações e uma lista de irregularidades cometidas pelo Mappin. Pressionado, o Sindicato encaminhou a posição dos comerciários à Delegacia Regional do Trabalho. Desrespeitando o acordo coletivo firmado em abril, quando os motoristas do depósito paralisaram suas atividades e conquistaram estabilidade de 6 meses para todos, a direção da empresa demitiu sete pessoas, cinco

das quais membros da Comissão de Negociações. E já preparou uma lista com mais 17 nomes como forma de ameaça.

As demissões foram o estopim da greve que duraria três dias. Cinco pessoas foram presas, inclusive dois sindicalistas que prestavam solidariedade aos grevistas: Antônio da Silva Ortega, diretor do Sindicato dos Metroviários, e Dorberto Rocha Carvalho, assessor do Sindicato dos Metalúrgicos. Segundo Milton Loiola, caixa da matriz e membro da Comissão de Negociações, as prisões ocorreram de forma violenta, causando ferimentos em uma vendedora e quase fraturando a perna de outra.

LIÇÕES DA GREVE

Demonstrando grande firmeza, a categoria se concentrou em frente à matriz, seguindo em passeata até a Delegacia Regional do Trabalho, onde se realizava uma

mesa redonda entre representantes da empresa, do Sindicato e da comissão. Cerca de 150 comerciários permaneceram até o fim da mesa redonda, que se prolongou das 15 às 24 hs.

Em assembléia realizada no domingo, dia 15, a categoria decidiu suspender a paralisação e prosseguir as negociações. Os comerciários vão exigir o pagamento dos dias parados, readmissão dos funcionários demitidos antes da greve e não punição aos grevistas.

Visando "lutar pela unidade de todos os comerciários e conscientizar toda a categoria", a comissão decidiu editar um jornalzinho, "O Mappiano". O movimento trouxe outras lições. Segundo Loiola, "demonstrou a coragem, ousadia e combatividade dos comerciários, que quebraram um tabu, o de que não existia movimento no Mappin há 28 anos". (Yone Simidzu)

Lockout para manter inflação alta

As empresas montadoras de veículos praticamente paralisaram sua produção para pressionar o governo federal a conceder reajustes de preços superiores aos já admitidos pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP), de 19,8% em duas etapas.

Trata-se de um autêntico lockout (paralisação da produção promovida pelos próprios patrões), embora enrustido sob formas e argumentos hipócritas. Afinal, lockout é crime, previsto e proibido pela legislação. Por isto os patrões e a imprensa burguesa referem-se ao problema, mas evitam dar ao "boi" o seu verdadeiro nome.

O pretexto é de que há uma grande defasagem entre os aumentos dos custos e o percentual determinado pelo CIP, o que estaria provocando "prejuízos" para as montadoras. E o setor de autopeças (no qual atuam principalmente pequenas e médias empresas, em geral nacionais) teria obtido re-



Foto César Diniz

Ford, parada desde o dia 11: não é a greve 'ilegal' dos operários

justes superiores. O expediente utilizado é simples: as multinacionais, que controlam a indústria terminal de produção automobilística, recusam-se a adquirir os componentes com os preços majorados.

A praralisação, com reflexos imediatos sobre a exportação e a oferta interna (e prejuízos diários de bilhões), é a consequência "natural", já que não se montam automóveis sem peças. A Ford está completamente parada desde o último dia 11, a Volkswagem, Fiat, Mercedes, GM e outras operam parcialmente. E os patrões já levantam a possibilidade de uma paralisação geral durante pelo menos 30 dias.

Este fato evidencia que as multinacionais pretendem bombardear a política de combate à inflação adotada pelo governo federal que, muito embora tímida, prevê o controle de preços e certa repressão à especulação que campeia em vários setores da economia. Uma das causas do atrito entre o FMI e o governo, aliás, foi a exigência de liberação dos preços, feita pelo Fundo.

Do ponto de vista do grande capital esta atitude é muito compreensível. Não é segredo que, malgrado as afirmações solenes em contrário, a inflação tem se constituído num dos principais meios de maximizar os lucros auferidos pelos monopólios e pelo imperialismo. As custas, é bem verdade, dos trabalhadores e das pequenas e médias empresas. Praticam-se preços de monopólio, não necessariamente relacionados com o real valor das mercadorias nem tampouco com as tão decantadas forças de mercado. Basta lembrar que, no período da recessão, apesar da brutal queda da demanda, a indústria automobilística reajustou seus preços acima da inflação — e esta, de quebra, abre as portas para a especulação sem freios no sistema financeiro, onde se obtêm lucros fabulosos. O grande capital evidentemente não quer abrir mão desses privilégios. Logo duro para preservar os lucros. (Umberto Martins)

OPINIÃO

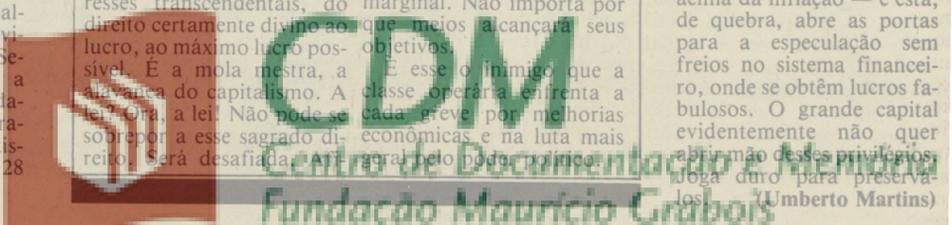
O cinismo do capital

"Greve dos trabalhadores, jamais, é absurdo, criminoso e ilegal. Chame a Polícia! Lockout para defender nossos interesses? É justo".

É esse o pensamento que as multinacionais estão externando com a paralisação da produção nas montadoras automobilísticas. O cinismo é transparente. Mas não importa muito. Ora, está em jogo a defesa de interesses transcendentais, do direito certamente divino ao lucro, ao máximo lucro possível. É a mola mestra, a alavanca do capitalismo. A lei. Ora, a lei! Não pode ser sobrepor a esse sagrado direito. Será desafiada. (Yone Simidzu)

nal, quem é mesmo que domina?

Apenas arranhado no objetivo de realizar fabulosos lucros, muitas vezes anormais, o capitalista, em especial o grande capitalista, despe-se de todos os escrúpulos, retira a máscara de bom cidadão, exemplar cumpridor da lei. E descobre a cara: truculenta, furiosa e retrógrada; de um marginal. Não importa por que meios alcançará seus objetivos. É esse o inimigo que a classe operária enfrenta a cada greve por melhorias econômicas e na luta mais dura pelo poder. (Yone Simidzu)



Latifúndio baiano seqüestra dois técnicos do Incra

O seqüestro de dois funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), ocorrido recentemente quando eles realizavam uma avaliação de uma área do município de Iacu, a 271 quilômetros de Salvador, mostra a reação exacerbada dos latifundiários baianos ao início da efetivação do Plano de Reforma Agrária da Nova República.

Este fato está relacionado com outros que vêm ocorrendo no Estado, como o comércio de armas, a pressão dos latifundiários sobre o Judiciário no interior para determinar a prisão de trabalhadores rurais, a exemplo do que ocorreu em Ibirapitanga.

Os problemas crescem porque o Estado da Bahia vive uma das situações mais dramáticas em termos de conflitos fundiários, segundo o diretor regional do Incra, José Carlos Arruti. Já foram identificadas pelos órgãos governamentais 60 áreas de conflitos envolvendo 120 mil famílias em diferentes regiões, numa extensão de 1 milhão de hectares.

As situações mais graves, segundo o Incra, localizam-se nos municípios de Wenceslau Guimarães, Una, Coribe e na região da Chapada Diamantina, que deverão ser enfrentadas com prioridade dentro do Plano de Reforma Agrária.

O diretor regional do Incra prevê sérias dificuldades na aplicação da reforma agrária em várias regiões do país, sobretudo em seu início, se não houver a ampla participação da sociedade, através de entidades como a Federação dos Trabalhadores Rurais, Ordem dos Advogados do Brasil, Assembleias Legislativas e órgãos de comunicação social.

José Arruti não acredita que a aplicação da reforma agrária seja tranquila, já que se esboçam reações consideráveis do latifúndio — um problema que

poderá ser resolvido com a participação das forças interessadas em solucionar o problema fundiário, particularmente os trabalhadores. "Dessa forma será mais fácil", afirma.

Ele adiantou que o próximo passo para levar a efeito a reforma agrária nas áreas sob sua jurisdição será elaborar o plano regional para os Estados da Bahia e Sergipe, conforme determinação do ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro. Para isso está sendo montada uma comissão composta por representantes da Fetag-Bahia, OAB, Assembleia Legislativa e outras entidades comunitárias.

O Incra pretende utilizar todo o acervo de conhecimento do movimento sindical, setores da Igreja, as próprias equipes técnicas do governo, para elaborar o plano regional de reforma agrária, estabelecendo prioridades em consonância com o trabalho a ser realizado a nível nacional.

RESISTÊNCIA

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag-Ba), Aureliano Bastos da Guarda, orienta os posseiros para a resistência nas terras que ocupam e pelas quais estão lutando, "pois a Federação continuará ao lado dos trabalhadores nesta luta", garantiu.

Os municípios de Wenceslau Guimarães, Una, Santa Cruz de Cabrália, Coribe, Santa Maria da Vitória, Boa Vista do Tupim, Iacu, Jacobina, onde os grileiros estão expulsando 200 famílias, além de Prado e Nova Viçosa, são apontados por Aureliano como os mais problemáticos, "porque a radicalização é muito grande".

Mas ele acredita que os trabalhadores estão firmes e conscientes de que esta luta vai para a frente e que o Plano de Reforma Agrária do governo auxiliará a difícil batalha em torno da posse da terra. (da sucursal)

Assembléia Legislativa debate miséria do campo em Goiás

"Eu não tenho casa, pago aluguel. Estou passando apertado. Meu barraco está completinho de precisão. Não fiz a feira esta semana. Se estou aqui, é porque sei onde o sapato está apertado. A minha barriga vazia está nas costas". Estas revelações de José Barbosa, cortador de cana de Acreúna, Goiás, foram feitas na sessão especial da Assembléia Legislativa que discutiu a situação do bóia-fria no Estado.

A sessão ocorreu no dia 17, e foram especialmente convidados para debater o problema o jornalista Ronald Freitas, do Centro de Estudos e Pesquisas Sociais (CEPS) e da direção nacional do Partido Comunista do Brasil; Divino Goulart, secretário-geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura; e o deputado federal Aldo Arantes, do PMDB.

As galerias da Assembléia Legislativa estavam lotadas, com representantes de 35 sindicatos de trabalhadores rurais, totalizando mais de uma centena de lideranças do campo, bem como representantes de inúmeras entidades democráticas e populares.

Os debatedores foram unânimes em afirmar que somente uma reforma agrária antilatifundiária poderá resolver a situação destes trabalhadores, que vivem em condições subumanas, habitando as periferias das cidades. Além das condições de vida, foram denunciadas as pressões e perseguições movidas pelos latifun-



Assalariados do campo: sob a ameaça da demissão e da violência

diários contra os volantes. Um exemplo vivo destas perseguições foi dado por José Barbosa, cortador de cana de Acreúna, que veio a Goiânia participar das negociações com os usineiros e por esse motivo foi despedido do emprego.

Ronald Freitas, professor do CEPS e dirigente do PC do B, denunciou as forças reacionárias que estão desenvolvendo ações terroristas contra os trabalhadores rurais e contra o governo da Nova República.

Freitas defendeu a necessidade de apoiar o governo Sarney "no sentido de garantir a realização das transformações e mudanças exigidas pela nação".

O secretário-geral da Fetag, Divino Goulart, afirmou que nos últimos dois anos, paralelamente à luta e organização dos trabalhadores volantes, tem crescido a repressão no campo. "A simples ida de um trabalhador até seu sindicato é motivo para ameaças de demissão. Se fundam um sindicato, os patrões dizem que não vão dar emprego para aqueles que o freqüentam. Se participam de uma assembleia de base, no outro dia podem ser demitidos", revelou.

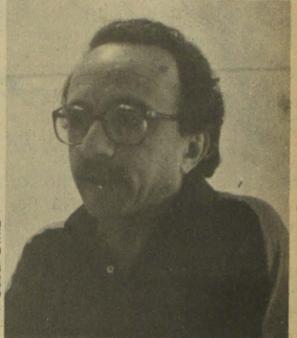
O deputado Aldo Arantes disse que, quando se coloca a questão da reforma agrária, ainda que limitada, os latifundiários e grileiros fazem um verdadeiro tumulto no país,

afirmando que estão se armando, depositando dinheiro para comprar armas: "Isto sim que é subversão. Isto sim que é terrorismo contra o povo pobre. Terrorismo contra esse trabalhador que veio aqui dizer que está morrendo de fome".

Aldo fez uma conclamação a todos os deputados progressistas, aos democratas e patriotas, para que seja forjada uma aliança em nosso país visando conquistar a democracia econômica e a reforma agrária.

A sessão especial da Assembléia Legislativa aconteceu no momento em que estão se desenrolando negociações entre assalariados da cana e os usineiros. Os trabalhadores, em assembleias nos diversos municípios canavieiros, já tiraram o indicativo de greve caso os usineiros não atendam suas reivindicações. O ponto que está causando maior resistência entre os patrões diz respeito à forma de classificação da cana e os preços para corte.

(Francisco Messias, Goiás)



Freitas: reforma antilatifundiária

Posseiro assassinado em Arapoema

O braço armado do latifúndio fez mais uma vítima no município de Arapoema, no extremo norte de Goiás. Desta vez foi o posseiro Otávio Ferreira, alvejado com um tiro na testa pelo pistoleiro "Paraíba". O assassino, ao que tudo indica, presta um serviço dos grileiros Gilson e Gilberto Santana, que se dizem donos de uma área de 5 mil hectares no município.

Foi às 15 horas do dia 9 de junho. O posseiro Otávio Ferreira tinha pressa em retornar do povoado de Pau D'arco. Afinal, sua mulher estava prestes a dar à luz o seu quinto filho e necessitava dos medicamentos que comprara na farmácia local. Entretanto, de um boteco próximo, uma voz convida-o para tomar uma pinga. Por um instante hesita, mas rende-se ao convite. Duas pingas são servidas pelo "vendedor". Uma é ingerida com presteza, a outra é oferecida ao posseiro. No instante que ia

virar o copo, Otávio é atingido por uma bala certa que se aloja em sua testa.

O autor do convite e do disparo, o pistoleiro "Paraíba", havia espalhado no povoado que iria deixar a fazenda dos irmãos Santana, mas antes tinha que "acertar as contas" com alguns posseiros. O assassino não tinha nenhuma riqueza pessoal com nenhum dos posseiros que vivem em glebas de terra reivindicadas pelos irmãos Santana.

GRILEIRO MANDA

O pistoleiro está preso em

Arapoema, mas o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, Antônio Fidélis, teme que ele seja libertado nas próximas horas.

Na manhã em que ocorreu o crime, o grileiro Gilson Santana foi visto conversando com o pistoleiro. Existem, segundo informou o presidente do STR de Arapoema, cinco testemunhas que ouviram o pistoleiro afirmar que iria matar alguns posseiros que há vários anos vivem e trabalham na fazenda dos irmãos Santana.

O crime contra Otávio vem se somar a dois outros ocorridos no município e que atingiram os posseiros James Carlos da Silva e Hugo Ferreira de Souza, vítimas de uma tocaia quando voltaram da roça, no dia 9 de agosto de 1984. O pre-

sidente do STR esclareceu, no entanto, que este último crime não tem nada a ver com os anteriores, pois, inclusive, a posse de Otávio era distante da de Hugo e James.

"Cada vez que tomba um companheiro, cresce ainda mais a expectativa de luta dos trabalhadores rurais pela conquista da terra. Os trabalhadores não vão recuar diante das arbitrariedades e das violências", afirmou o presidente da Fetag, Amparo Sesil do Carmo. Amparo exigiu, de forma veemente, imediatas providências das autoridades no sentido de "apurar o crime para que se chegue aos verdadeiros responsáveis por mais esta violência contra os trabalhadores". (Francisco Messias, da sucursal de Goiás)



Reunião de camponeses na Bahia: reforma agrária é o grande anseio

Brasileiros são expulsos do Paraguai

Em cima de caminhões ou lotando ônibus de linha, centenas de lavradores brasileiros, meeiros, arrendatários e pequenos proprietários estão deixando o Paraguai, devido às perseguições policiais ordenadas pela ditadura do general Stroessner. Muitas dessas famílias vivem há três anos em terras paraguaias. Mais de 20 mil brasileiros estão instalados em Paloma, Figueira, Santa Clara, Porto Pizarro, Catuetê, Guadalupe, Bom Jesus, Fazenda Alvorada e Porto Guaira, no Paraguai.

A partir de março, o governo Stroessner passou a exigir o pagamento de Cr\$ 340 mil por casal e filhos de 18 anos, para que os brasileiros pudessem continuar em território paraguaio. A grande maioria não tem esse dinheiro — os "brasiguaios", como são chamados, saíram do interior paulista e paranaense expulsos pelo latifúndio. Daí o êxodo, agora em direção a Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul, onde os lavradores pretendem ficar até que o governo os assente em área da região.

Os métodos do general Stroessner utilizados contra os brasileiros são os mesmos que usa contra os paraguaios para manter-se no poder: tortura física, prisões sem motivos, confisco de bens. Luís Oswaldo Vinhas, de 56 anos, foi espancado pela polícia, chicoteado, obrigado a roçar uma área de capim colonial e ainda andar mais de 12 Km., descalço. Francisco Teixeira foi obrigado a pagar três vezes pela mesma área de terra, ficou preso por mais de trinta dias sem acusação e agora foi despejado de seu sítio, onde vivia há oito anos, sem direito a colher a plantação!

O governo brasileiro já instalou cerca de 900 famílias de "brasiguaios" em Guarantã, na divisa do Pará com Mato Grosso. Mas o cônsul brasileiro de Porto Guaira, Osmar dos Anjos, diz que existem cerca de 400 mil brasileiros no Paraguai. O governo do Brasil anunciou que intercederá junto ao governo paraguaio para que adie ao máximo a retirada dos trabalhadores brasileiros que lá se encontram e que estão ameaçados de expulsão.

Trabalhadores bloqueiam a Transamazônica

Plantadores de cana-de-açúcar de Prainha, no Pará, em luta conjunta com os operários do Projeto Pacal (Usina de Açúcar Abrahão Lincoln), obstruíram desde o dia 17 a Rodovia Transamazônica, no Km. 91 — trecho Altamira-Itaituba. A decisão foi tomada em assembleia conjunta dos operários e camponeses, convocada para decidir o que fazer frente à indefinição do governo em resolver a questão do Projeto Pacal. A usina de açúcar está desativada há mais de dois anos, e hoje seu débito chega a três safras com os fornecedores de cana e a dois anos e meio de salários com os operários. Esta é a terceira manifestação de camponeses e operários em protesto contra a morosidade no pagamento aos plantadores e funcionários, reclamado inclusive em ação judicial e até o momento não resolvido.

Exige-se uma definição sobre o projeto e o pagamento tanto de safras atrasadas como de direitos trabalhistas. Durante a assembleia, muitas foram as manifestações de combatividade. Jorge Kawai, vice-presidente da Associação dos Fornecedores de Cana da Transamazônica (Asfort), dis-



Operários e camponeses acampam no km 91 da estrada, no trecho Altamira-Itaituba

se que "nossa união está fortalecida, desde que fomos juntos ao local onde foram assassinados dois empreiteiros na vez em que nos bombardearam em nossa última luta".

Criticou ainda o projeto de reforma agrária (colonização) executado pelo regime militar que "assentou nossas famílias na Transamazônica e hoje estamos no mato". Manifestou, por fim, repulsa aos enviados do SNI para a região, dizendo que "não estamos fazendo nada escondido e o nosso sofrimento é de conhecimento de todos". Francisco Sousa, presidente da Associação dos Operários do Pacal, anunciou a disposição da categoria em lutar pela melhoria da infraestrutura básica

operários e camponeses. No dia 18, foram obstruídos simbolicamente os bancos da região (Banco Brasil e Bradesco), além dos órgãos oficiais (Ceplac, Embrapa e Cobal), com a colocação de cana-de-açúcar na porta de entrada. Nos acampamentos instalados na Transamazônica, domina um clima de união e luta. Foi improvisada uma cozinha para alimentar mais de 300 pessoas que participam de barracada, além de um posto de assistência médica (da sucursal)



"Ficamos presos 17 dias por causa do pelego Bertoldo"

No próximo dia 28 de julho ocorrerão as eleições para nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, no sul do Pará. Na região a guerra pela terra é uma das mais quentes de todo o país. Quase toda área tem conflito, com os grileiros querendo expulsar os posseiros na base da violência. No ano passado, por exemplo, o grileiro Antônio Coelho matou dois lavradores que não aceitaram sair de suas terras. Mas nós, os posseiros, também resistimos.

Infelizmente, até hoje o Sindicato esteve nas mãos de um pelego, o conhecido Bertoldo Siqueira, que só serve aos grileiros e aos militares. Ele só age contra os trabalhadores, tenta nos expulsar de nossas terras e vive dedando os companheiros mais combativos. Eu mesmo e mais 4 companheiros fomos acusados pelo Bertoldo de termos matado um pistoleiro no final do ano passado. Por causa dessa deturpagem ficamos presos 17 dias, recebendo inúmeras ameaças. Só fomos soltos porque ninguém tinha prova do crime e porque os companheiros pressionaram.

Acredito que desta vez o



Bertoldo vai ser derrubado. Da outra vez ele ganhou as eleições no Sindicato porque contou com a ajuda do Getat, que montou uma praça de guerra em Conceição do Ara-

guaia. Desta vez, pela consciência dos trabalhadores o Bertoldo não fica mais. Os sócios querem um Sindicato que defenda a nossa classe, a nossa luta pela reforma agrária, e es-

tá provado que o Bertoldo só serve aos interesses dos grileiros e latifundiários. (Luis Lopes de Barros, posseiro em Conceição do Araguaia, Pará)

Nossa reforma agrária é na luta e união

Nós, os trabalhadores rurais, estamos fazendo a nossa própria Reforma Agrária na luta, na coragem, na união. Em Quatro Marcos, onde sou posseiro há mais de quatro anos, nós já conquistamos um pedaço de terra na Gleba Domingos e hoje estamos pagando ao Incra a nossa posse legal. Para obtermos essa vitória foi preciso muita luta e união. O sr. Joaquim Goulart, que se dizia dono da área, fez de tudo para nos expulsar da terra. Usou de violência, chamou a polícia, contratou jagunços. Mas nós resistimos. De ambos

os lados ocorreram mortes. Que eu me lembre, durante esta batalha morreram dois companheiros, um que inclusive era muito meu amigo. Mas também morreram vários pistoleiros. Eu acredito que uns quatro ou cinco. Ou melhor, uns dez jagunços, cabras safados.

Desde quando o grileiro Joaquim começou a nos perturbar, nós começamos a nos unir. Formamos grupos de trabalhadores que plantavam a terra juntos, todos numa mesma área, em mutirão. Lá é

normal a gente andar armado, preparado para os perigos e prontos para matar algum bicho. E a mesma espingarda que serve para caçar anta, veado e outros animais, acabou acertando alguns jagunços. Nos encontros dos posseiros com os pistoleiros, eles saíram perdendo. Agora nós temos nossa terra garantida.

Mas a luta ainda não terminou. É preciso uma Reforma Agrária em todo o Brasil. Em Mato Grosso mesmo existem várias outras áreas em conflito. Na maioria dos municípios

do Estado existem grileiros. Em Jauru a PM e os pistoleiros mataram 18 trabalhadores que lutavam por um pedaço de terra. Até hoje a PM, mais de 30 soldados, permanece no local para amedrontar os posseiros. Mas nós não desistiremos da luta pela Reforma Agrária. Esta é a nossa principal exigência e por ela continuaremos lutando até a vitória.

(Valdivino Alves de Souza, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso)

Morte de vigilante incentiva nossa greve

Os vigilantes do Estado do Rio Grande do Sul estão em greve. Os motivos que levaram os vigilantes a fazerem greve são: piso salarial de Cr\$ 650 mil para os vigilantes e Cr\$ 840 mil para os guarda-valores; readmissão dos demitidos por motivo da greve; estabilidade de 1 ano para os grevistas; remuneração dos dias parados na greve. Esta greve foi provocada pelos patrões visto que desejavam pagar apenas Cr\$ 484.800 e tendo em vista que devido ao que adicional contratual estipula, os vigilantes sempre receberemos 100% de aumento. A greve tomou proporção estadual, sendo que a grande maioria dos municípios do Estado estão em greve, que já se prolonga por vários dias. Isto acontece devido à intransigência dos patrões que por três vezes não compareceram à audiência na Justiça do Trabalho para negociar. Não havendo comparecimento dos patrões não há acerto. Não havendo acerto a greve continua. Devido à intransigência dos patrões também ocorrem

irregularidades: as empresas de vigilância estão contratando nas ruas e pagando Cr\$ 800 por dia para pessoas sem credencial ocuparem os postos dos grevistas, como vem ocorrendo em Porto Alegre. Devido a estas e outras irregularidades a nossa greve foi levada ao conhecimento dos ministros da Justiça e do Trabalho. Os ministros autorizaram o governador Jair Soares a tomar as devidas providências. Temos a lamentar um acontecimento trágico: um colega grevista que trabalhava em Porto Alegre foi alvejado e morto com dois tiros após ter saído da Associação quando rumava para casa. Caros colegas, a morte deste nosso amigo e colega não deve ser motivo de desânimo mas de incentivo para prosseguirmos na nossa justa luta. Devemos seguir seu exemplo e lutar pelo que acreditamos e entendemos ser justo. Aqui em Bento Gonçalves, bem como em quase todo Estado, não temos uma entidade nossa. Existe apenas a nossa Associação em



Porto Alegre. Esperamos, após o nosso movimento, organizar uma associação com os companheiros de toda região, principalmente de Caxias do Sul que é um centro

maior e onde o movimento dos vigilantes é mais forte e experiente e que tem atuado conosco. (Comando de Greve dos Vigilantes de Bento Gonçalves — Rio Grande do Sul)

Menores abandonados: e o futuro do país?

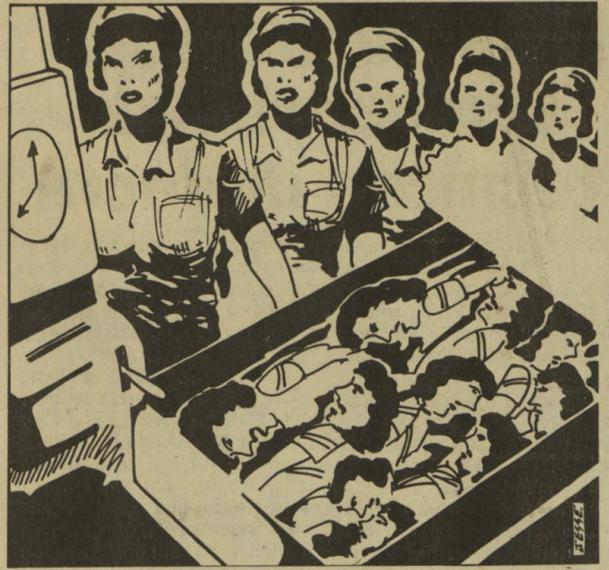
Falo sobre os menores abandonados no centro da cidade, na Zona Sul, Zona Norte, nos subúrbios da Central e da Leopoldina e Baixada Fluminense. São garotos e garotas que andam pelas ruas do Rio de Janeiro sujos, descalços, comendo restos de comidas dos lixos. Principalmente no centro da cidade, onde esses menores são em bom número. Muitos desses menores dormem nas ruas durante a noite formando grupos de 2, 3, 4 ou mais, em baixo das marquises do centro da cidade, em ruas bem conhecidas pelo povo da cidade do Rio de Janeiro. Muitos desses garotos querem fazer algum trabalho vendendo balas, doces ou engraxando

sapatos. Mas muitas pessoas marginalizam os seus serviços. São poucos os que aceitam sua mão-de-obra. Sentimos que esses menores não têm apoio social de seus pais e nem do Estado. Sabemos que não é fácil encarar essa responsabilidade, mas com trabalho e força de vontade podemos vencer esses problemas. Devemos procurar fazer uma recuperação desses seres humanos para que não tenhamos uma futura população carcerária, por falta de apoio social, econômico e cultural. Porque dizemos que nossas crianças são o futuro de nosso país, serão os futuros homens e mulheres de amanhã.

Serão os mendigos do Rio de Janeiro, homens e mulheres que vivem pelas ruas do centro da cidade, Zona Sul e outros bairros. Eles também são seres humanos que vivem nas sarjetas, sujos, descalços, comendo comida do lixo, com suas vestes rasgadas, bêbados, deitados nas ruas. Uns ainda fazem alguma coisa, catam papel e papelão para vender em carrinho de rolemã e conduzem ao depósito de papel, mas com o dinheiro das vendas dos papéis vão comprar é bebidas. São seres que também podem ser recuperados com apoio social, com apoio necessário como o abrigo, alimentação, tratamento médico — porque

muitos deles são doentes mentais, talvez até por falta de tratamento. Com um serviço de educação especial, até trabalho, como colônias agrícolas e outros tipos de serviços, ensino profissionalizante para aquelas mais desenvolvidas.

Sabemos que não é fácil encarar esse trabalho. Mas não podemos deixá-los nas sarjetas. As entidades sociais e responsáveis por essas pessoas podem fazer a seleção dessas pessoas e dar trabalho para que, tendo emprego, com as suas próprias mãos venham produzir para seu sustento e também do conjunto da sociedade. (Amigo da TO no Rio de Janeiro, RJ)



Encarregado da Atlantic virou feitor de escravas

Um grupo de mulheres em Niterói está se organizando, assim como em outras cidades do país. Nesse sentido, temos realizado reuniões. Na última delas foi feita uma séria denúncia sobre a situação de trabalho nas diversas fábricas de sardinha, onde a mão-de-obra é essencialmente feminina, sendo citada como exemplo a fábrica Atlantic.

Nessa fábrica, um novo encarregado assumiu o papel de feitor de escravos e comanda um regime de total exploração das operárias, com carta branca dos patrões para demitir, suspender e ameaçar.

São batidos por dia dois cartões de ponto — um, o das oito horas de trabalho; outro, clandestino, que nunca é considerado para o devido pagamento, das horas extras. Estas se estendem aos sábados e feriados. Quem se recusa a cumprí-las é sumariamente demitida.

As condições de trabalho são as mais insalubres possíveis.

Não existe fiscalização e interesse de impedir que o peixe deteriorado seja aproveitado. Não existe material de segurança de trabalho para impedir a ocorrência de acidentes de trabalho, alergias, micoses e outros problemas.

Os médicos da firma mandam trabalhar mesmo quem está doente e só defendem o lado do patrão. O medo do desemprego completa o clima de terror e escravidão, reforçado com as constantes suspensões a qualquer falha no trabalho. Para acentuar ainda mais a exploração, o aumento do salário mínimo só é concedido às operárias dois meses depois, não lhes sendo pagos os atrasados.

As mulheres, sob o tacão do encarregado, submissas por educação e pelo medo do desemprego, vão passar a receber nosso apoio e incentivo a uma organização que visa acabar com tal situação. (Grupo de mulheres de Niterói-Rio de Janeiro)

Os trabalhadores rurais continuam ocupando um espaço considerável em nosso jornal, inclusive no Fala o Povo. E não é por acaso. O campo está mesmo fervilhando, na luta pela terra e pelos direitos dos trabalhadores, até hoje tão pisoteados pelos grandes proprietários de terra.

Em Conceição do Araguaia, sul do Pará, aproximam-se as eleições para um dos mais importantes sindicatos de trabalhadores rurais do país, até hoje controlado, como diz a carta de um posseiro, por um "pelego, defensor dos grileiros e militares". Trata-se de uma eleição que atrai o interesse de todos os trabalhadores, porque se realiza numa região conflagrada. Os lavradores precisam de um sindicato que defenda seus interesses.

(Olívia Rangel)



fala o POVO

A Nova República ainda não chegou nas fábricas

Depois de trabalhar dezessete anos na indústria INA Rolamentos Scheaffler do Brasil Ltda., o operário Antônio José dos Santos, casado, pai de três filhos menores, profissão lubrificador, residente no Jardim Campinas, Santo Amaro, ao ler o anúncio no jornal que a Amortex, empresa de grande porte, estava admitindo lubrificador de máquinas, não hesitou. Dirigiu-se ao local e foi submetido a rigorosos testes que duraram aproximadamente quatro horas. Contente e confiante do que havia conseguido, foi para casa e contou para

sua esposa o grande feito. No dia seguinte foi saber o resultado. Qual não foi sua surpresa após receber um telefonema da referida firma dizendo que havia passado em todos os testes mas não iria admiti-lo porque faltavam quatro anos para ele se aposentar.

Chateado e aborrecido com a desagradável notícia: "Andam falando por aí que estamos na Nova República, onde vai haver melhoramentos para a classe trabalhadora e aos pobres! Mas ela não chegou nas fábricas!" (E.P.S. São Paulo - SP)

Recebemos menos que o mínimo em Belo Jardim

Os trabalhadores estatutários da Prefeitura de Belo Jardim, Pernambuco, vêm por meio desta denunciar as arbitrariedades cometidas pelo atual prefeito, o mesmo que desde sua posse nunca se preocupou com os vencimentos dos funcionários, sempre inferiores ao pago no país.

As artimanhas usadas pelo prefeito são muitas. Ele sempre alega que a Prefeitura está construindo e gastando muito e não tem condições de pagar um salário digno

seus funcionários. Não recebemos nem o mínimo. Os aumentos são sempre inferiores ao concedido nacionalmente. E pior é que ele "escala" o aumento, isto é, divide em três ou mais parcelas.

O moral da história é que ele só dá 60% no primeiro semestre, e dividido. E quem reclama é punido com suspensão de 3 dias ou mais. E quando chega na hora do aumento ele chama os funcionários para fazer ameaças. (Funcionários da Prefeitura de Belo Jardim, Pernambuco)

Moxotó: o difícil caminho até o primeiro disco

Há quatro anos tocando em festivais, festas e bares, o Grupo Moxotó lança, este mês, seu primeiro disco. Um compacto com as músicas Caboclo forte, Tá lá na Raça, A rainha dos conflitos e Um urso no país das travessuras — todas de autoria do próprio grupo. Agora, o difícil trabalho de divulgação e a tentativa de furar o bloqueio das gravadoras multinacionais, donas absolutas do mercado.



Grupo Moxotó: agora, a luta para divulgar o disco nos grandes meios de comunicação

Formado pelos irmãos Luizinho, Natércio, Lailton e Vanderlei Araújo e ainda por Emiliano, o Grupo Moxotó tem o roteiro dos músicos brasileiros que lutam contra todas as adversidades para fazer arte. Todos são nordestinos (Emiliano, da Bahia; os irmãos Araújo, de Pernambuco) e vieram a São Paulo em busca de dias melhores. No Nordeste já trabalhavam com música, mas chegando a São Paulo empregaram-se em escritórios, com exceção de Emiliano que, metalúrgico, foi para a fábrica.

Todos reclamam do trabalho alienante, que nada tem com a carreira artística que pretendem seguir: "A gente tá no trabalho pra manter a família", conta Luizinho. "O trabalho no escritório pra mim é como carregar pedra: dá frustração. Sou mal remunerado, tenho o desgaste de um serviço para o qual não dão va-

lor. Reduz o potencial da gente. De noite, é só dormir, por causa do esgotamento", reclama Lailton.

Já o metalúrgico Emiliano encontra inspiração no dia-a-dia da fábrica: "Lá o cidadão comum sofre com a falta de contato com a natureza, com a falta de liberdade. Depois o ônibus lotado, o corre-corre. Daí tem dia que estou na fábrica e encosto num canto e ali mesmo escrevo minhas músicas."

A formação musical do grupo também é a típica dos nordestinos. Com exceção de Emiliano, que atualmente cursa o conservatório

musical, os outros aprenderam a manejar seus instrumentos com familiares e amigos, no interior pernambucano. Chegaram a integrar uma orquestra, a Marajoara, requisitada para os carnavais. A vida no interior e a migração para São Paulo forjaram a temática nordestina e urbana do repertório do grupo, que valoriza também a abordagem social e rural.

Agora, com o primeiro disco pronto, o desafio da divulgação. "Por enquanto, nós só temos certeza de que ele vai tocar numa rádio, a 'Emoi', serviço de alto-falante lá de Sertânia,

nossa cidade natal", conta Lailton. Mas o grupo vai investir em visitas às rádios paulistanas e estações de televisão. "A gente sabe que é difícil. É preciso reduzir o espaço da música importada e privilegiar a nacional, assim aumentam as chances dos grupos e compositores novos", reclama Natércio.

Dias 29 e 30 o Grupo Moxotó estará lançando o disco com um show no Circo Amarelo, Anhembi. Contatos com o grupo pelo telefone 92-6156, ou na avenida Alcântara Machado, 3.000, apto. 63, Moóca, São Paulo.



Casagrande marca o gol contra o Paraguai: na rota do México

Brasil confiante na seleção

A disputa sul-americana das eliminatórias para a Copa do México reconciliou a seleção brasileira com o futebol. Ambos estavam rompidos desde aquela tarde de dolorosa memória na Espanha, em que a Itália de Paolo Rossi nos roubou a Taça quando até o caminhão do Corpo de Bombeiros já estava enfeitado para o desfile triunfal da vitória.

Somente a "tragédia" de 1950, que nos fez perder a Copa para o Uruguai em pleno Maracanã, supera na história do nosso futebol o desapontamento e a perplexidade dos torcedores diante de uma derrota da seleção nacional, como em 1982. Depois do grande time que tinha Didi, Garrincha e Pelé, de 1958, e do não menos poderoso escrete de Tostão, Avelino e Pelé, de 1970, muitos acreditavam que o terceiro esquadra de ouro do nosso futebol encerraria o ciclo dos grandes e invencíveis times na Espanha. Daí a razão da decepção inconformável de todos os que então torciam com tanta confiança pela nossa seleção.

Telê Santana, que dirigiu a seleção de 82, se demitiu do cargo assim que a desolada delegação desembarcou no Brasil. No início do ano seguinte, Carlos Alberto Parreira assumiu a direção técnica da seleção e fez uma excursão à Europa, onde a unanimidade dos observadores não reconheceu uma qualidade sequer do tradicionalmente terrível futebol brasileiro. A exemplo de Telê, também perdeu o emprego tão logo a seleção retornou da viagem. Edu Antunes, o irmão de Zico, sucedeu Parreira, montou um combinado Fluminense-Vasco e não suportou mais de três partidas no cargo, abrindo a vaga para Evaristo Macedo. Aí iniciou-se a pior campanha da história do nosso futebol. Em seis jogos, perdemos três, dois deles para Chile e Colômbia, adversários que jamais nos tinham vencido nos jogos anteriores.

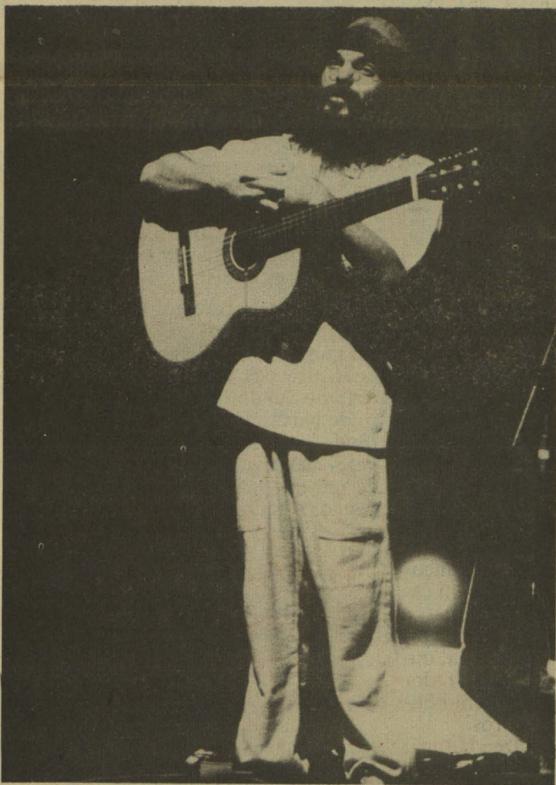
Uma semana antes das eliminatórias, Telê Santana retornou ao comando técnico da seleção, restabelecendo parte da confiança dos torcedores e dos críticos. Bastaram duas

partidas para que todos voltassem a sorrir de admiração nas apresentações da seleção canarinho. E ninguém mais duvida que o grande time de Sócrates, Cerezo e Júnior, Falcão e Zico, agora reforçado com Renato e Casagrande, ainda terá uma chance de consagração. Principalmente depois da difícil partida contra o Paraguai, em Assunção, onde o futebol do time inteiro foi impecável.

A dura lição da Espanha parece ter sido muito bem compreendida por Telê e também pelos jogadores. A obsessão do técnico pelo jogo ofensivo e isento de violência — que em 1982 incentivou os nossos laterais a jogarem como pontas e transformou o irrequieto Serginho num cândido coroinha — foi trocada pelo estilo cauteloso e viril quando necessário, que agora se observa em nossa defesa. Aliás, muito melhor composta com a firmeza de Edinho, justamente o reserva de Luizinho em 1982. Também o ataque que deve jogar no México, comandado por Casagrande, com Eder e Renato nas extremas, é de longe superior à improvisação de Paulo Isidoro na ponta e ao isolamento de Serginho na área. E crescem sobremaneira na meia-cancha, pelo sentido de combatividade e pela aplicação tática nas coberturas e no rodízio de apoio aos atacantes.

Dor de barriga não dá uma vez só, e ninguém pode garantir que também no México a inacreditável e inesperada desclassificação não se repita. Mas que não há, entre os candidatos ao título, um técnico tão bem equipado de jogadores talentosos e voluntariosos como o Telê, isso não há. Os outros que disputem a outra metade da taça. (Jessé Madureira)

Vida rural e urbana na arte de João Carlos



João Carlos Cavalcanti, homem de Ponte Nova, Minas Gerais, está com seu segundo disco NEM A NEM B, LP feito com Zé Augusto Silvestre, onde tem samba, baião, rock e moda sertaneja. Ele conta um pouco do seu trabalho para a Tribuna Operária:

T.O.: Como começou sua incursão pela música?

João Carlos: Desde menino já gostava de música, talvez influenciado pelo meu pai, caçador e amante de canções caipiras. Misturando isso com Roberto Carlos, Beatles, Luiz Gonzaga, fui formando um gosto profundo por música e uma vivência bem variada de estilos. Mais tarde, em Belo Horizonte, comecei a compor, partindo para a vida profissional.

T.O.: Seu trabalho tem marcas do regionalismo...

João Carlos: O trabalho feito no regionalismo é muito importante, pois transfere de um local para outro a cultura típica de determinada região. Isso permite um intercâmbio que fortalece o desenvolvimento da cultura popular como um todo. Por isso, gosto de colocar nos meus espetáculos músicas

mais regionalistas ao lado de canções urbanas.

T.O.: Como você vê a Nova República?

João Carlos: Esperamos que realmente haja uma mudança nas atitudes, nos métodos de ação do governo, e que o povo participe ativamente na vida do país. No caso do artista, ele tem algumas formas de se mobilizar. Primeiro, e principalmente, levando o seu trabalho às pessoas que querem ver e ouvir. Segundo, atuando nos sindicatos ou associações, cooperativas, etc. Procurando fazer com que as entidades tenham alma realmente, e não fiquem apenas com placas numa sala ou um registro no cartório. Os artistas não podem ficar parados. Devem ir à luta, pois só assim terão reconhecidos seus trabalhos. (Marquinhos, sucursal de Belo Horizonte)

Cursos de marxismo-leninismo no CEPS

DO BRASIL DE NOSSOS DIAS — UMA PERSPECTIVA SOCIALISTA
Dez aulas. Início em 1º de julho. Aulas às 2ªs, 4ªs e 6ªs, das 19 às 22 horas, em Santo André. Participantes receberão apostilas, livros e certificados. Inscrições: Cr\$ 30 mil. Informações no CEPS ou, em Santo André, Rua Lourenço Rondinelli, 35, das 9 às 12 e das 14 às 18 horas.

O MATERIALISMO DIALÉTICO E HISTÓRICO
Nove aulas, de 6 a 14 de julho, diariamente, das 9 às 13 horas, na sede do CEPS. Apostilado. Participantes poderão fazer estudo dirigido opcional à tarde. Certificado de conclusão. Inscrições: Cr\$ 80 mil. Informações e inscrições no CEPS.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO MARXISMO-LENINISMO
Curso para estudo programado à distância em três volumes. Mais de 300 páginas impressas, encadernadas, com textos e bibliografia básica e complementar, e ainda questionário de controle do estudo. Os fundamentos da Filosofia e da Economia Marxistas; a luta contra o oportunismo e o revisionismo travada pelo marxismo-leninismo. Preço de promoção, válido até 15 de julho: Cr\$ 55 mil. Inscrições pelo correio, com depósito da taxa no banco Bradescop, agência 0108-2, conta nº 125.242-9. Não haverá despesa adicional de correio.

CEPS — Centro de Estudos e Pesquisas Sociais. Rua França Pinto, 330, Vila Mariana, CEP 04016. São Paulo, fone 575-2416.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318-118.
Telefone: 36-7531 (DDD 011).
Jornal: 01132133 TLOBR.
Telefax: 01132133 TLOBR.
Redação: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318-118.
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.

ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000, Macaé: Rua Cincinnati Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.

AMAZONAS - Manaus: Rua Simon Bolívar, 231 (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439, Rua João Pessoa, 53, São Lázaro - Telefone: 237-6644 - CEP 69000.

BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800, Feira de Santana: Av. Santos Dumont, 218 - Centro - CEP 44100, Ilhéus: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar, sala 1 - Centro - CEP 45600, Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro - CEP 44060, Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500, Salvador: Rua Independência, 27 - Centro - CEP 40000, Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesf) - CEP 43700.

DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Verâncio IV, sala 312 - CEP 70302.

CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000, Iguaçu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 79950, Sobral: Av. Dom José, 1236 sala 4 - CEP 62100.

ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300, Vitória: Rua Duque de

Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.

GOIÁS - Goiânia: Avenida Goiás, 857 (esquina com a Rua 4), sala 201, Fone: 223-5571, Centro - CEP 74000, Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.

MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000.

MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.

MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antonio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.

MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Balchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 393 - CEP 66000.

PARAÍBA - João Pessoa: Rua Duque de Caxias, 540, 2º andar, sala 201 - Calçadão - Centro - CEP 58000, Campina Grande: Rua Venâncio Neiva, 318, 1º andar - CEP 56100.

PARANÁ - Curitiba: Rua Tibagi, 428, Fone: 234-7484, CEP 80000, Londrina: Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 96100.

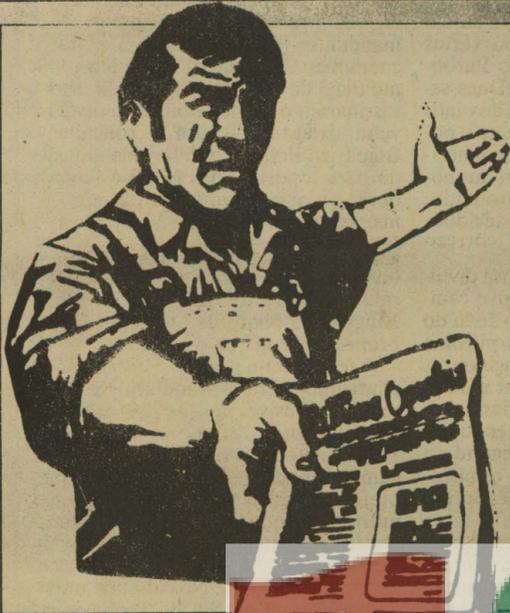
PIAUI - Teresina: Rua Barroso, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000.

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236 - CEP 54500, Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300, Recife: Rua Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000.

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Presidente Bandeira, 406, sala 109 - Alcaçim - CEP 58000.

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua dos Andradas, 1204, 3º andar, sala 3 - CEP 90000, Caxias do Sul: Rua Dal Cannale, 1891, 2º andar, fundos - CEP 95100, Pelotas: Rua Andrada Neves, 1599, sala 403 - CEP 96100, Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20, Alberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas, Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 93000, Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200, RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua Álvaro Alvim, 31, sala 1801 - Cinelândia - CEP 20000, Niterói: Av. Amaral Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000, Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000, Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedroza, 33, sala 319 - CEP 26000, SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000, SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470, Campinas: Rua Senador Saravia, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100, Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500, Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000, São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560, Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100, São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200, Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200, SERGIPE - Aracaju: Avenida Rio Branco, Edifício Ovídio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Fast-Up, Fotolito e Impressão, Cia. Editora Jorrués, Fone: 815-4999 - São Paulo - SP.



Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições) Cr\$ 100.000
 Anual Popular (52 edições) Cr\$ 50.000
 Semestral (26 edições) Cr\$ 50.000
 Semestral Popular (26 edições) Cr\$ 25.000
 Assinatura trimestral (17 edições) Cr\$ 12.500
 Anual para o exterior (em dólares) US\$ 70

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade: CEP:

Estado:

Profissão:

Data:

Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Colabore com a Campanha Nova República da T.O.

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Clima de terror no Sul do Pará

Diariamente a imprensa burguesa noticia o aumento vertiginoso da violência no campo brasileiro, principalmente no Sul do Pará, região famosa pela alta tensão na disputa pela terra. De um lado, os latifundiários se armam, contratam pistoleiros, formam milícias privadas. De outro, os posseiros se organizam e ocupam áreas inexploradas. Afinal, o que mudou na luta pela terra nos últimos meses?

Para os trabalhadores rurais e lideranças da região do Araguaia, no Sul do Pará, estas mudanças não são novidade. Na avaliação do deputado Paulo Fontelles (PMDB-PA), "elas refletem as alterações políticas ocorridas no país. Com o fim do regime militar, o início da Nova República, as promessas de Tancredo Neves de alterar a estrutura agrária, a criação do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, os latifundiários começaram a se desesperar".

Órfãos da ditadura, sem poder contar com a ação direta da PM, PF e órgãos de segurança, como Gebam e Getat, os grandes fazendeiros passaram a se armar mais ostensivamente, publicamente, para conter o movimento camponês e impedir as medidas governamentais que visem democratizar a concentrada propriedade da terra.

Os poderosos proprietários rurais não escondem seus objetivos. Um célebre advogado dos latifundiários e grileiros paraenses, Paulo Lamarão, tem publicado constantemente no jornal de maior circulação do Estado conclamações aos fazendeiros para que se armem. Ele chega a indicar como profissionalizar as milícias privadas, utilizando pistoleiros tarimbados e sistema de rádio capaz de deslocar uma milícia para reforçar outra nos conflitos.

Há poucos dias, o próprio presidente do Gebam (Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas), Donato Carvalho, denunciou que os fazendeiros haviam depositado Cr\$ 5 bilhões numa caixinha para comprar armas. Os latifundiários criaram também uma forte organização paramilitar, a Aprusp (Associação dos Proprietários Rurais do Sul do Pará). E seu presidente, Fausto Ribeiro, comunicou oficialmente ao governo do Estado que o objetivo da entidade é criar uma "patrulha rural".

Na região, a maioria dos fazendeiros já possui milícias privadas. Em média contam com 50, 70 pistoleiros. Numa visita que fez em maio a Redenção, município no sul do Estado, o deputado federal Ademir Andrade ficou surpreso com o número de pistoleiros armados nas ruas. Um fazendeiro chegou a lhe dizer: "Estamos contratando novos jagunços e temos dinheiro para tantos quantos forem necessários para impedir qualquer distribuição de terras".

Latifúndio exige a orelha de cada posseiro morto

Crispim Manoel Santana, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xinguara e vereador da cidade, também notou o fenômeno: "A violência nessa região sempre existiu. Afinal, aqui tem grandes riquezas, como a castanha, a madeira, os minerais. Mas de uns meses para cá a coisa piorou".

Segundo Crispim, é grande a organização dos fazendeiros. Além da Aprusp, cita mais três entidades que se utilizam de jagunços contra os trabalhadores: Associação das Empresas Rurais da Amazônia, Associação dos Fazendeiros do Sul do Pará e o recém-fundado Sindicato Rural de Xinguara. Estas organizações atuam com certa unidade. Quando uma área está em conflito, os latifundiários se articulam, juntam seus pistoleiros, entram na área em litígio, como se fossem um grande exército em guerra.

Os pistoleiros têm ordens expressas para matar. Em alguns bandos, os que fraquejam devem ser executados pelos seus próprios comparsas, para servir



Posseiros de Barreira e de São João do Araguaia resistem nas suas terras

como exemplo. Em fazendas como a Surubim, os grileiros exigem que os pistoleiros entreguem a orelha de cada posseiro morto. Cada orelha vale um prêmio, que varia de Cr\$ 2 a 10 milhões. O jagunço que assassina uma liderança recebe o prêmio máximo.

Este recrudescimento da ação dos latifundiários é o pano de fundo do aumento das mortes na região. Relatório da Comissão Pastoral da Terra do Araguaia-Tocantins informa que, nos primeiros cinco meses de 1985, morreram 35 pessoas na luta pela terra (no ano anterior, o total foi de 47 mortes). E, segundo o posseiro Domingos Gonçalves dos Santos, 53 anos, "estes números estão errados. Só nos castanhais de São Geraldo, no mês de maio, morreram mais de 20 pessoas".

Pistoleiro faz camponês tomar um litro de pimenta

Além das mortes, o mais assustador são os métodos sádicos usados pelos jagunços. No dia 16 de janeiro, 18 pistoleiros da Fazenda Fortaleza, propriedade de Olney Moraes, raptaram três posseiros no povoado de Dois Irmãos — um deles era o delegado sindical Lázaro Sobrinho. Os jagunços invadiram o povoado, queimaram casas, roubaram, mataram galinhas e cachorros. Um pistoleiro fez um camponês engolir um litro de pimenta; outro arrancou a barba de um lavrador com facão. Até hoje não se tem notícia do paradeiro dos posseiros.

Numa outra área, na Fazenda Ingá, de propriedade do deputado Marcos Cerqueira Lima, os posseiros têm sido vítimas de constantes violências. No dia 4 de maio passado, a PM invadiu o povoado, prendeu e torturou vários moradores, inclusive seu João Barbosa, viúvo, pai de dez filhos. Duas semanas depois, os pistoleiros dos latifundiários invadiram novamente o povoado, mataram um lavrador conhecido por Franca e seqüestraram um homem e duas mulheres. Amedrontado, o posseiro João Barbosa se suicidou, enforcando-se na beira do córrego Pau d'Olho.

Na última semana a imprensa divulgou o assassinato de mais nove camponeses, na localidade de São João do Araguaia. Um grupo de seis pistoleiros invadiu o povoado e chacinou os lavradores — entre eles, uma mulher gestante e uma criança. Várias famílias abandonaram o local temendo nova investida dos jagunços. Segundo o advogado dos trabalhadores, os pistoleiros estavam a serviço de dez fazendeiros.

Mas todo esse clima de terror não tem paralisado a atuação dos camponeses. "Ao contrário. Parece que a Nova República serviu como estimulante, dando mais coragem aos posseiros", comenta Crispim. Fontelles também notou esta mudança de comportamento do grosso dos posseiros da região. Na visita que fez em maio ao Sul do Pará, ele se surpreendeu

com a mobilização e disposição de luta dos lavradores.

"Fui à área para reuniões em recintos fechados com os posseiros. Quando chegamos lá sentimos a veemência da intenção de realizar a reforma agrária. Em Conceição do Araguaia, mais de 300 participaram da reunião; em Xinguara, mais de 500; em Rio Maria, uns 300; e em São Geraldo, mais de 2 mil camponeses. Tivemos que fazer as reuniões na rua, em cima de caminhões", relata o parlamentar.

Segundo Crispim, "a ideia de todos é ocupar as terras que estão inexploradas". Na Fazenda Alvorada, os posseiros já ocuparam metade das terras; mais da metade do latifúndio do poderoso Banco Bamerindus está sendo plantada pelos lavradores. "Nessas áreas a gente considera que foi feita a verdadeira reforma agrária, pelos próprios camponeses, sem pagar nenhuma indenização para os latifundiários safados que não faziam nada na terra, a não ser especular".

Mesmo na resistência aos jagunços, os experimentados e sofridos posseiros têm levado a melhor. Na macabra estatística das mortes na guerra pela terra no Sul do Pará, é maior o número de baixas entre os serviços do latifúndio. No início de maio, os camponeses inclusive comemoraram a morte de um dos mais temidos grileiros da região, o todo poderoso Neif Murad.

O povo comemora a morte de um temido grileiro

Neif Murad chegou ao Araguaia em 1978, pretendendo abocanhar uma área de 350 mil hectares de terra. Seus pistoleiros queimaram inúmeras casas, destruíram roças e mataram dezenas de posseiros. Neif foi um dos mandantes do assassinato do líder camponês Gringo, em 1980. No último dia 3 de março, três pistoleiros assassinaram o senhor Policarpo de Oliveira, delegado distrital de polícia em Itaipavas. Policarpo tinha sido indicado para o posto pelos próprios lavradores e morreu quando tentava desarmar seis pistoleiros de Neif. O fato gerou grande revolta. Dias depois, o grileiro participava pessoalmente de uma investida contra posseiros em São Geraldo, quando foi baleado. Corre em Xinguara o boato de que um de seus próprios pistoleiros o matou...

A tendência na região é aumentar o confronto entre latifundiários e posseiros. Inclusive, porque têm chegado à área muitos lavradores do Ceará, Piauí e de outros Estados. "Eles chegam morrendo de fome. Afirmam que preferem morrer brigando do que morrer de fome", comenta Crispim. Outro fator que contribui para a radicalização da luta é o esvaziamento dos garimpos na região. Nos últimos cinco anos surgiram no Sul do Pará centenas de garimpos, que serviram para aplacar a luta pela terra. A maioria deles está esgotando seu potencial, o que deixa mais trabalhadores sem terra vagueando pela região. (Alcino Borges)



Uma vítima do latifúndio

Seu Artur Barbosa Dias, 55 anos, pai de dez filhos, é um homem assustado: conversa olhando para os lados, como se previsse uma emboscada, a sombra da morte. Ele é uma das vítimas da sanha assassina do latifúndio no Sul do Pará. Lavrador no povoado de Rio Vermelho, em Xinguara, perdeu seu filho, Gilmar Barbosa Lima, de 18 anos, chacinado no dia 1º de maio. Agora, é ele que está ameaçado de morte.

Encontramo-nos em Brasília, no Congresso da Contag. Era a sua segunda viagem ao Distrito Federal em menos de um mês, feita "só com a roupa do corpo e um dinheiro emprestado". Amedrontado, explicou: "Vim para cá caçar meus direitos, conversar com ministros, pedir ajuda à Contag. Se volto para Rio Vermelho à luz do dia, corro risco de morte e ainda arrisco a minha família. As nossas plantações estão passando do tempo de colher e, se demoro, perco tudo, feijão, mandioca, a comida dos meus filhos. Mas preciso de segurança".

Com a voz embargada, seu Artur relembra sua história: "Lá na região tem muita terra vazia, sem dar fruto, só com capoeiras e bichos. No dia 1º de maio meu filho e mais alguns companheiros resolveram ocupar um pedacinho de chão, na Fazenda Surubim. Ai começou a desgraça. Quando eles voltavam do mato foram pegos de surpresa pelos jagunços. Meu filho levou um tiro no peito, morreu na hora".

Depois de assassinar o jovem Gilmar, os pistoleiros cortaram sua orelha esquerda e fizeram nova emboscada, seguindo orientações do grileiro. "Nem pudemos ir buscar o corpo dele para enterrar. Os jagunços se esconderam na estrada, esperando por nós. O Gilmar ficou sete dias estendido no chão, amolecendo, servindo de isca". A ação foi tão rápida que não se tocaram nos os camponeses. "O chefe do bando é



Seu Artur: "quero trabalhar sossegado na minha terra"

o Ismael Guedes, é quem corta as orelhas para receber o prêmio. O restante são seus irmãos, o Nenê, Pedro, Iram e Joaquim. Foram contratados pelo João Almeida Nélito, o pior grileiro da região".

Como seu Artur denunciou o bárbaro assassinato, os jagunços anunciaram que iriam matá-lo também. "Mas eu não sou o único marcado, tem mais uns 20 camponeses com os dias contados". Segundo ele, "no povoado é um pânico total. Antes moravam umas 600 famílias de posseiros, mas muitos já abandonaram suas casas, pegaram um bocado de farinha para se alimentar e se meteram no meio da mata, com medo do pior. Os pistoleiros, uns 20 vivem no povoado. À noite saem, pelas ruas fazendo aruaça, dando tiros, roubando".

Na noite em que seu Artur viajou para Brasília, em 25 de maio, cerca de 50 jagunços da Surubim haviam cometido outra selvageria em Rio Vermelho: assassinaram toda uma família — marido, mulher, a filha de menos de cinco anos e o cunhado. Um jovem camponês que assistiu ao massacre contou a seu Artur que "os jagunços primeiro mataram o cunhado. Depois invadiram a casa do camponês, mataram o homem, violentaram sua esposa, servindo de isca". A ação foi tão rápida que não se tocaram nos os camponeses. "O chefe do bando é